



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

WENDEL DA CRUZ BATISTA

DINÂMICAS ECONÔMICAS NA FORMAÇÃO DO CIENTISTA.
Notas etnográficas a partir do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília

Brasília
2023

WENDEL DA CRUZ BATISTA

DINÂMICAS ECONÔMICAS NA FORMAÇÃO CIENTÍFICA.
Notas etnográficas a partir do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília

Monografia apresentada na Universidade de Brasília como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia.

Orientadora: Kelly Cristiane da Silva

Brasília
2023

CB333n

Cruz Batista, Wendel NOTAS ETNOGRÁFICAS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: a organização econômica
na formação do cientista / Wendel Cruz Batista;
orientador Kelly Cristiane Silva. -- Brasília,
2023. 88 p.

Monografia (Graduação - Antropologia) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Antropologia econômica. 2. Práticas
econômicas. 3. Financiamento de pesquisa. 4.
Formação científica. I. Silva, Kelly Cristiane,
orient. II. Título.

*Dedico este trabalho a todos e todas que
construíram e ainda constroem a Universidade
de Brasília.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Ivan e Elizete, que sempre acreditaram no poder transformador da educação. O carinho que recebi todos esses anos, do primeiro dia de aula até a defesa da monografia, continuam a me motivar mesmo nos dias mais difíceis. Aqui também agradeço às minhas irmãs por trazerem leveza em minha vida.

Agradeço a Deivson, meu companheiro, por ter potencializado o que há de melhor em mim e por sempre estar ao meu lado nesses anos.

Agradeço também aos amigos que fiz na Universidade pelo apoio, pelas risadas, pelas contribuições e por terem perseverado comigo nessa caminhada.

Dedico também meus agradecimentos ao corpo docente e técnico-administrativo do Departamento de Antropologia. Em especial, à professora Kelly Silva, minha orientadora, pela paciência, pelos ensinamentos, pelos feedbacks e por sempre acolher minhas inquietações.

Por fim, agradeço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ter democratizado o acesso ao Ensino Superior no Brasil.

RESUMO

Essa monografia objetiva investigar as práticas econômicas, monetárias ou de não, e os meios de financiamentos de pesquisas existentes na Universidade de Brasília. O caso do Departamento de Ciência da Computação é utilizado como principal recorte etnográfico. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, o levantamento de dados e a observação participante. Conclui-se que a distribuição de bolsas, o trabalho voluntário, a transferência gratuita do saber e outras atividades remuneradas e feitas em dádiva atravessam a jornada formativa do cientista, servindo para a sua construção moral e consagração social perante os pares.

Palavras-chaves: Antropologia econômica, práticas econômicas, financiamento de pesquisa, formação científica

ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to investigate the economic, monetary or non-monetary practices and means of financing research at the University of Brasília. The case of the Department of Computer Science is used as the main ethnographic cut. The methodology used is bibliographical review, data collection and participant observation. It is concluded that the distribution of scholarships, volunteer work, free transfer of knowledge and other remunerated activities done as a gift cross the formative journey of the scientist, serving for his moral construction and social consecration among peers.

Keywords: Economic anthropology, economic practices, research funding, scientific training

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Recursos de investimentos das Universidades Federais.	34
Figura 2 - Perspectiva do projeto arquitetônico adotado no Prédio CIC/EST	35
Figura 3 - Gráfico de artigos indexados no Web of Science com autores da indústria e da academia.	69

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I Organograma da Universidade de Brasília	88
ANEXO II Resumo dos projetos e instrumentos correlatos votados no Conselho do IE	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - Sobre a pesquisa, o pesquisador e os pesquisados	14
Prólogo da pesquisa	14
Início da jornada	18
Contextualização	21
Breve apresentação da antropologia econômica	27
CAPÍTULO II - Sobre quem faz ciência	33
O Instituto de Ciências Exatas e seus Departamentos	33
Publish or perish: o magistério	36
A docência interina	38
A docência estável	41
Visão geral sobre outros trabalhadores e trabalhadoras	45
CAPÍTULO III - Sobre a estrutura burocrática	48
Nos Conselhos e Colegiados	51
A colaboração esporádica e os projetos de pesquisa	52
Os rituais legais e sociais	57
As transformações econômicas	61
Na Concedente	65
Na FINATEC	69
CAPÍTULO IV - Considerações Finais	71
A dívida	73
O mercado	76
A Universidade	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXO I	88
ANEXO II	89

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetiva analisar quais são as dinâmicas econômicas que ocorrem dentro dos espaços científicos da Universidade de Brasília, como essas transações são percebidas pela comunidade e como isso influencia na criação do cientista enquanto sujeito moral. Para tanto, utilizarei o caso do Instituto de Ciências Exatas (IE/UnB), que abriga os departamentos de Matemática (MAT), de Estatística (EST) e de Ciência da Computação (CIC).

Apesar de estarem abrigadas sob uma mesma área do conhecimento, há grande diversidade interna entre os departamentos, seja pela sua organização didática, administrativa ou científica. Assim, acentua-se ou mitigam-se diferentes práticas econômicas, com repercussões distintas nas formas de produção, circulação e consumo de conhecimento.

A questão econômica é um dos aspectos centrais para a estruturação da ciência contemporânea. Seja por permitir que as pesquisas desenvolvam-se, com a manutenção dos salários e dos laboratórios, seja por até mesmo servir como instrumento de criação e consagração do próprio cientista perante a comunidade, através das trocas.

O debate sobre o financiamento da ciência não é novo no cenário político-social brasileiro - e nem exclusivo, sendo levantado em vários países, com diferentes sistemas de ensino. A (atual) crise fiscal brasileira, iniciada em 2014, diminuiu drasticamente as verbas destinadas ao investimento e ao fomento de pesquisa e desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) federais, ainda que elas sejam responsáveis por grande parte da produção intelectual e de inovação.¹

Essa política de ajuste econômico tem forçando a comunidade científica a buscar novas estratégias para continuar suas pesquisas. Ainda que diversas iniciativas tenham surgido nos últimos tempos, o *lobby* da ciência nos espaços políticos ainda não consegue contrapor os sólidos interesses dos grandes conglomerados educacionais, que concebem a educação como mercadoria.

¹ Apesar de existirem 2.608 instituições de ensino superior no Brasil, sendo que aproximadamente 89% são privadas, as 20 maiores universidades que mais publicam no Brasil são públicas, concentrando 88,9% da produção acadêmica no período de 2011 a 2016 (CROSS, THOMSON e SINCLAIR, 2018).

A Universidade de Brasília tem como grande e principal financiador o Poder Executivo Federal. A política de austeridade fiscal, adotada para conter o crescimento da dívida pública, e os constantes ataques que alguns grupos políticos têm lançado sobre a comunidade científica são alguns fatores que explicam a retirada da UnB da pauta de prioridades do orçamento.

Em que pese o princípio da gratuidade vincular boa parte do orçamento da UnB ao Poder Público, outras formas de arrecadação de recursos são permitidos pela legislação infraconstitucional, tais como doações e a celebração de parcerias, contratos e convênios.

Apesar disso, as verbas transferidas por esses instrumentos não são usufruídas pela Universidade como um todo, mas normalmente direcionadas a centros e grupos de pesquisas específicos. Nesse contexto, as entidades da universidade que são voltadas aos interesses do mercado e que realizam pesquisas aplicadas saem à frente das que realizam pesquisas básicas ou que não tenham aplicação imediata.

No processo de pesquisa utilizei a observação participante, a revisão bibliográfica e o levantamento de dados. Essas ferramentas metodológicas, consagradas na Antropologia, permitiram observar quais são os mecanismos que atuam na criação de tensões e distensões. Além disso, como servidor e membro de projetos que ocorrem dentro da UnB², é válida a reflexão sobre os limites do “eu” e do “outro”, sobre a construção da alteridade e sobre as interações entre o pesquisador, o objeto e os seus interlocutores.

Entretanto, considerando que o presente estudo é um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, o qual se desenvolve em um período limitado de tempo, é importante salientar que não se pretende esgotar todas as possibilidades analíticas acerca dos fenômenos econômicos que perpassam a academia. Ao invés disso, o objetivo primordial desta pesquisa é estabelecer um ponto de partida para o debate a respeito do assunto.

Nos cinco capítulos desta monografia, tentarei lançar bases para a reflexão sobre o avanço dos ideais neoliberais nas universidades e a construção de *empreendedores internos*. Se o conhecimento técnico-científico torna-se mercadoria,

² Fui coordenador do Projeto Ações Estratégicas para o Desenvolvimento Institucional e Tecnológico do CIC/UnB (UnB/Finatec - sem percepção de bolsa) e participei do grupo de gestão do Projeto Estudos Empíricos em Engenharia de Sistemas de Sistemas voltados para um Centro de Coordenação de Operações Móvel (UnB/Finatec/Exército Brasileiro - com percepção de bolsa).

é preciso saber quais são os circuitos que possibilitam essas transformações e quais são esses impactos nas relações interpessoais e institucionais.

O primeiro capítulo do trabalho tem como objetivo promover reflexões iniciais sobre o próprio processo de produção do trabalho. São feitas considerações sobre a técnica de escrita e construção etnográfica, além de desenvolver considerações sobre a neutralidade científica. Adicionalmente reservo uma secção para discutir sobre a própria Antropologia Econômica.

O segundo capítulo, por sua vez, busca apresentar os principais sujeitos etnográficos que aparecem no trabalho. De início veremos sobre o Instituto de Ciências Exatas e seus departamentos, seguido de um panorama sobre os docentes (voluntários, temporários e estáveis) e também outros trabalhadores que constroem o ambiente universitário. O foco será apresentar os regimes jurídicos, administrativos, econômicos e sociais que regem cada categoria.

Já o terceiro capítulo é dedicado a mostrar como ocorre a circulação econômica, material e simbólica, dentro da organização institucional da Universidade, principalmente nos ambientes colegiados, bem como nos financiadores (concedente) e na fundação de apoio (FINATEC).

O quarto capítulo aprofunda-se na discussão sobre os modelos econômicos que parametrizam a ciência contemporânea. Será dada especial atenção a dois principais, sendo que a primeira secção discutirá a dívida e a segunda enfocará na economia voltada ao mercado. Apesar de suas diferenças, elas coexistem muitas vezes sem fronteiras muito bem definidas entre seus limites. Para que isso seja possível, a comunidade científica adota diferentes operadores lógicos para atuar nas transformações entre esses circuitos econômicos.

Em seguida, o quinto capítulo apresenta reflexões sobre o neoliberalismo na educação e as suas reverberações, como as interações entre as trocas em dívida e as trocas mercantis no processo de produção científica, a transformação da educação em mercadoria e o uso do discurso desenvolvimentista como mobilizador ideológico.

Por fim, na conclusão reflito que as práticas econômicas formam um pilar importante do *ethos* científico, principalmente quando se está falando na ascensão profissional. A ausência (ou omissão) do Estado permite o avanço de políticas neoliberais na ciência desenvolvida nas universidades públicas, sendo que alguns atores da cadeia da produção científica aproveitam-se dessas novas posturas para o

desenvolvimento de produtos e a sua venda como mercadoria (como as revistas científicas). Também faço um apanhado geral do que foi discutido ao mesmo tempo que lanço base para outras possibilidades de investigação.

CAPÍTULO I

SOBRE A PESQUISA, O PESQUISADOR E OS PESQUISADOS

Prólogo da pesquisa

O efó preparado à baiana é tão brutalmente delirante que nem somos nós que o comemos, ele é que nos devora.

Manifesto Antropofágico - Mário de Andrade (1939)

Antes de adentrar ao tema, é preciso fazer uma breve pausa para refletir o próprio processo etnográfico. Mais do que um trabalho final, esse texto pretende ser uma resumo dos meus pensamentos, vivências e angústia nesse ritual de iniciação antropológica.

A epígrafe que inaugura a seção, retirada do texto “Tacacá com Tucupi”, de Mário de Andrade, adquire um significado especial nessa minha pesquisa por ser uma síntese conceitual de diversos momentos da minha jornada, nos quais eu fui devorado e deglutido. Dentre elas, posso duas:

A primeira, e mais imediata, é a da minha jornada no campo: em poucas vezes vi-me no controle - e me questiono se é preciso estar. Entre idas e vindas, deixei-me ser afetado pelas diversas encanterias³, às vezes por zelo metodológico e em outras pela curiosidade que é inerente do fazer antropológico.

A segunda é sobre a academia. Apesar das justas críticas que alguns autores fazem ao Movimento Antropofágico e, em especial, à Semana de Arte Moderna de 1922, esse momento na história brasileira sempre me chamou muita atenção - talvez por ter como uma de suas bases questionar o limite entre o que concebemos de si com o outro.

Se para os vanguardistas de 1922 o novo nasceria através da devoração das influências externas, reflito que assim também é na prática etnográfica e no processo de formação acadêmica e profissional. Existe um processo de assimilação mútua no campo da pesquisa e nos espaços de ensino. Evocando Laplantine (2003, p. 141), "se o etnógrafo perturba determinada situação, e até cria uma situação

³ Rituais praticados em alguns terreiros (seja de umbanda, tambor de mina ou candomblé) e em algumas religiões ameríndias para invocação de entidades espirituais, como Ogum-das-matas, cabocla Jacira e Arranca Toco.

nova, devido a sua presença, é por sua vez eminentemente perturbado por essa situação".

No início da jornada, quando entrei na graduação, a impressão que tive lendo os clássicos, é que estava diante de verdadeiras epopéias. Algumas histórias falavam mais do pesquisador e dos seus atos quase heróicos do que a comunidade estudada em si. A voz do nativo era abafada pelas percepções do pesquisador, que por muito tempo eram restritas aos relatos dos viajantes - era a antropologia de gabinete.

Avançando no curso e aprofundando nas temáticas, percebi que as relações no campo são mais complexas do que um simples olhar atento aos fenômenos culturais. O trabalho exige, para além da observação, a participação. Deixar-se envolver.

Ao contrário de outras ciências (estas influenciadas pelas teses positivistas), a Antropologia não pretende extirpar a emoção ou a própria figura do pesquisador. Na verdade, o ponto de vista do autor ganha destaque - talvez seja por isso que na Antropologia seja mais comum encontrar produções científicas escritas na primeira pessoa, como esta monografia.

No meu campo, deixei a pesquisa tornar-se onipresente, valorizando o que não é dito em detrimento do declarado, não delimitando o início ou o fim da experiência etnográfica. A intensidade das afetações que emanou do campo talvez lembre a experiência de Favret-Saada (1990) nos rituais de enfeitiçamento e desenfeitiçamento no Bocage francês.

Nas artes cênicas, o método Stanislavski é um dos principais instrumentos para a criação psicológica - apesar de polêmico e sob constante ataque dos críticos culturais contemporâneos. Nele, o ator envolve-se emocionalmente com o personagem, tomando para si as suas dores e angústias. Ator e personagem passam por uma fusão.⁴

⁴ O filme *O Cisne Negro* (2010), aclamado pela crítica pela criação psicológica da personagem principal, mostra um dos ladros pouco explorados do método Stanislavski: às vezes, a entrega do ator é tão grande que coloca em risco a sua própria saúde mental. Apesar da pouca experiência na área, penso que na Antropologia não é tão diferente: a entrega ao campo às vezes pode colocar a integridade física e emocional do profissional em cheque. O engajamento às causas sociais é recorrente.

Recentemente, ganhou grande repercussão nacional o assassinato de Dom Phillips, jornalista, e Bruno Pereira, indigenista e servidor licenciado da FUNAI. No caso de Bruno, apesar de ter a Antropologia como profissão, o seu envolvimento com as comunidades indígenas o fez tomar para si a luta desses povos.

Este trabalho não tem como objetivo fazer uma meta reflexão da Antropologia ou do processo científico, mas vejo como necessário pontuar certas considerações que permitiu a sua escrita. Durante esses anos de formação, nas conversas com colegas, um tema recorrente é a nossa responsabilidade e limites no campo.

Desde 2019 trabalho no Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília. Logo quando entrei, um dos maiores estranhamentos eram as tensões provocadas pelos projetos desenvolvidos.

De início, deixei essa questão de lado por estar ocupado em outros debates. Durante a pandemia de Covid-19, as pesquisas científicas tornaram-se uma questão central em âmbito nacional. Ao mesmo tempo em que via-se nela uma saída do caos sanitário, econômico e social, sucessivos ataques eram desferidos pela própria cúpula do Governo Federal - que ironicamente elegeram-se prometendo fazer uma *política técnica*.

Diversos editais foram abertos, novas oportunidades surgiram e a comunidade acadêmica mundial entrava em uma nova forma de relacionamento: as colaborações remotas tornam-se cada vez mais frequentes, potencializando a capilaridade dos problemas.

Trato o debate sobre essa natureza relacional do campo antropológico para tentar decifrar um pouco dos sentimentos e vivências experimentadas nesses últimos meses. Às vezes aversão e outras uma afeição extrema.

Tornei-me, por um momento, parte de uma comunidade que se relaciona entre si de forma intensa. Algumas vezes me questionei quem eu estava realmente pesquisando. Não raramente, o “eu” projetava-se no outro, e o outro projetava-se em mim. Vivenciei o que Laplantine (idem) definiu como uma abordagem inédita trazida na construção do projeto antropológico: perdeu-se a fronteira entre o sujeito observante e o observado.

Procurei usar isso como um instrumento analítico. A capacidade de entregar-se e regressar. Um movimento antropofágico, não tão treinado quanto dos vanguardistas do século XX: mergulhei nesse universo, absorvi todas as influências e aqui tento vomitá-las com alguns pressupostos teóricos.

Em 2019 fui selecionado para uma bolsa de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), com a supervisão do professor Carlos Alexandre dos Santos. A ideia era pesquisar como a

modernização do campo e o avanço do agronegócio afetam comunidades brejeiras no interior da Bahia.

O campo também era novo. O medo e a insegurança eram constantes. Meu desejo era achar um informante para me agarrar. Queria que alguém me dissesse todos os segredos e técnicas. Alguém para desvelar todo o jogo que se desenhou na arena social.

Fazendo uma retrospectiva, percebo que a minha ideia de campo era mais observação do que participação. Era uma escuta que, apesar de atenta, tornou-se passiva. Ignorei que o principal era o não-dito, o tácito, o conhecimento implícito e guardado em segredo.

As técnicas corporais, os cantos, as lendas e até mesmo a disposição das roças diziam, em um silêncio eloquente, que o brejo não era um lugar, mas uma entidade multidimensional que manifesta-se na economia, nas relações familiares, no meio-ambiente e nas forças políticas. O tempo cíclico, anual, com o inverno sucedendo ao verão, transforma a natureza e o brejeiro. Não se nasce brejeiro, torna-se. Talvez essa seja a lição que aprendi nessa primeira experiência.

Penso que minha dificuldade de entregar-me no primeiro campo e a intensidade das emoções vividas no segundo seja fruto da minha própria cegueira mental. Não como um projeto intencionalmente construído, mas como expressão neurodiversa: a inabilidade de comunicação e de interação - esse é um tema que pode ser explorado em pesquisas futuras: a neuroatipicidade na arena antropológica.

De todo modo, essa seção é também para dizer que a trajetória acadêmica nem sempre é como planejamos. Às vezes, é preciso deixar-se levar. A pesquisa é conduzida também com doses de acaso, de amabilidades, de aversão e de muitos erros. É entregar-se e, às vezes, ver o projeto ruir e se reconstruir.

Termino esse prólogo com a seguinte conclusão: que talvez toda pesquisa, em qualquer campo da ciência, seja um pouco da expressão narcisista da humanidade. O cientista fala sobre si, o que o move é o desejo de se autoconhecer.

Início da jornada

Nem sempre é fácil delimitar o campo de pesquisa antropológico, seja no âmbito geográfico, temporal ou temático. Poderia afirmar que a pesquisa começou em março de 2022, quando as primeiras diligências de sua formalização foram tomadas. Mas igualmente seria verdadeiro se falasse que começou em agosto de 2018, quando me vinculei à Universidade de Brasília como discente, ou em dezembro de 2019, quando iniciei como funcionário no Departamento de Ciência da Computação.

Para Oliveira (1996), o exercício etnográfico tem três momentos estratégicos revestidos de especial solenidade: o olhar, o ouvir e o escrever. Cada etapa desse esquema conceitual remete a uma forma de apreensão dos fenômenos sociais e constituem ferramentas importantes à disposição da pesquisa antropológica.

A primeira etapa, *o olhar*, remete à percepção mais imediata ao adentrar no campo. Seja olhar um gesto ou a construção cênica do ambiente, a visão treinada pode captar informações importantes sobre como as relações sociais são estruturadas na comunidade.

No campo feito para esta monografia, foi preciso uma dupla jornada para disciplinar o olhar. Em um primeiro momento, houve a necessidade de criação do estranhamento, em criar o meu exótico possível. Essa não foi uma tarefa fácil, ainda mais em um ambiente que convivi por três anos, costumeiramente passando mais de 13 horas diárias. Após esse afastamento, tive que instrumentalizar o olhar para captar as questões postas no itinerário da pesquisa.

Para tornar-se intruso no Departamento de Ciência da Computação, onde na época da pesquisa fui secretário, foi preciso me recolocar no ambiente. Em outras palavras, reservar certos momentos do meu dia para me permitir despir do meu papel social e performar outras posições.

Para Latour (1994), o uso de objetos técnicos também são usados para mediar as relações humanas, servindo para permitir ou negar direitos e obrigações. É assim que, por exemplo, em que durante a pandemia de Covid-19 a máscara, o álcool-em-gel e o termômetro, na maioria das vezes usada de forma ineficaz, serviram como instrumentos que permitiam a aproximação ou o distanciamento entre as pessoas.

No caso da pesquisa, o caderno de campo serviu como esse objeto técnico mediador e guardião dos novos papéis assumidos. Foi através dele que consegui assumir novos deveres e direitos com os meus interlocutores.

A experiência de desconstruir o olhar do habitual e torná-lo exótico foi semelhante quando li pela primeira vez o clássico texto de Horace Miner (1976) sobre o povo naciema.

Se no olhar conseguimos apreender as impressões mais imediatas da configuração social, como a própria cultura material, é com o *ouvir* que podemos dar a sua significação. Nessa etapa, as músicas e cânticos, as conversas com os interlocutores, as entrevistas e as tradições orais servem como importantes ferramentas para a formulação etnográfica.

Na pesquisa felizmente não precisei enfrentar algumas dificuldades que normalmente os colegas costumam deparar-se, como a barreira linguística ou a falta de abertura com a comunidade.

De toda forma, sinto que é preciso fazer algumas observações. A primeira é que a academia e a administração pública são conhecidas por adotarem um jargão característico. O uso de determinadas expressões com excessivas referências (de normas, conceitos, siglas e alcunhas), que muitas vezes podem ser captadas somente pelos *iniciados* na língua, criam idiomas culturais próprios que costumam afastar os "não-falantes" da rede de comunicação.

Apesar do vocabulário inerente a esses dois universos, que fundem-se no ambiente universitário estatal em questão, não tive dificuldades de comunicação. Como parte do meu processo de disciplinamento acadêmico (iniciado em 2018) e profissional (iniciado em 2019), até mesmo quando uma linguagem mais rebuscada era utilizada, foi possível manter a relação horizontal. Também, a maior parte das comunicações foram feitas pela oralidade e em ambientes informais, como os corredores entre as salas de aula, onde prevalecia a coloquialidade.

Outro ponto a ser ressaltado é que, paradoxalmente, aprendi que em certas situações o silêncio também cobre-se de eloquência. Na pesquisa, por exemplo, nas reuniões de colegiado, a não manifestação de um docente sobre um tema é também um mecanismo de assinalar os seus posicionamentos. Como em situações em que os pares não criticam certas atitudes mas também não saem em defesa.

Ainda na seara da escuta, é relevante pontuar que optei por não realizar entrevistas estruturadas durante a pesquisa. Apesar dessa ser uma ferramenta

muito utilizada no campo das Ciências Sociais, considero que a entrevista tem como uma de suas características essenciais um poder inerente velado, que coloca excessiva vantagem nas mãos do entrevistador.

Por fim, superadas as questões no campo, como derradeiro ato chegamos ao *escrever*. Apesar das adversidades relatadas nas etapas anteriores, considero essa a etapa mais difícil. Não trata-se somente da verbalização da experiência do campo em uma estrutura de texto acadêmico. É preciso refletir sobre as emoções e jogá-las no filtro antropológico.

Para além das questões formais que estruturam o texto, foi preciso também ponderar com cautela sobre os limites da exposição do outro pesquisado. Podemos nos tornar muitas vezes confidentes dos nossos interlocutores, que abrem para o pesquisador questões sensíveis de sua vida. Igualmente essas confidências podem ter grande utilidade para a construção epistemológica da pesquisa. Para preservar a intimidade das pessoas que ajudaram nessa pesquisa, anonimizei ao máximo os dados dos informantes.

Por fim, ainda apoiando-me em Oliveira (*idem*, p. 26), o uso da primeira pessoa do singular na monografia tem como objetivo pontuar que a pesquisa não foi conduzida por um narrador onisciente e neutro, mas também por um personagem da história.

Após essas observações e ressalvas feitas sobre a minha atitude diante do campo, sinto-me apto para descrever as experiências vividas nos próximos tópicos.

Contextualização

O presente trabalho tem como objetivo investigar os circuitos de transações econômicas dentro do ambiente universitário pela perspectiva antropológica. Como recorte do estudo, atendo-me principalmente aos projetos de pesquisa acadêmicos desenvolvidos pelo Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília em parceria com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos de Brasília (FINATEC), instituição fundada e mantida pelos próprios docentes da universidade.

No que tange à parte metodológica deste estudo, destaca-se que a revisão bibliográfica foi direcionada sobretudo à análise das contribuições teóricas provenientes do campo da Antropologia Econômica. Para a coleta de dados, foram utilizadas principalmente as ferramentas da Lei de Acesso à Informação e de pesquisa em bases de dados públicos (de forma recorrente, foi usada a pesquisa pública do Sistema Eletrônico de Informação da UnB - SEI/UnB e Portal de Dados Abertos do Decanato de Gestão de Pessoas da UnB). Ademais, cumpre salientar que as principais interações com os interlocutores foram realizadas durante o primeiro semestre civil de 2022, por meios predominantemente remotos, em razão da pandemia de Covid-19 que, apesar de na época contar com medidas de combate mais flexíveis, a UnB ainda não tinha retornado à presencialidade.⁵

Reflito que a construção moral do cientista e a sua jornada formativa são atravessadas por fenômenos econômicos, às vezes apresentando-se de forma sutil e em outras de maneira mais visível. Essas manifestações moldam a estrutura universitária e muitas vezes figuram no centro de embates que são empreendidos entre os diversos grupos que compõem a comunidade acadêmica.

A desigualdade entre o próprio corpo docente e as unidades acadêmicas que compõem a Universidade também é outro foco de investigação. Em períodos de diminuição de recursos repassados pelo governo federal, saem à frente na busca de novas fontes de custeio as unidades e os docentes que aceitam inserir a lógica

⁵ Na época, diversas instituições de ensino superior já tinham suas atividades executadas de maneira presencial. A Universidade de Brasília, por sua vez, enfrentou vários entraves que postergou a efetiva retomada presencial, como a hesitação dos gestores (chefias, direções e membros de conselhos superiores) e a grande burocracia para mobilizar todo o corpo estudantil, docente e técnico. Para o retorno era necessário, por exemplo, ter aprovação do Departamento, do Instituto e ainda solicitar que a Prefeitura do Campus alocasse um espaço para a turma (a maioria das salas, com as adaptações garantindo o distanciamento entre os alunos, comportava até 20 alunos). As atividades presenciais retomaram de forma efetiva a partir de junho de 2022.

pró-mercado em suas agendas de pesquisa. Como veremos, esse foco no mercantil muitas vezes desvirtua a atuação na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Antropologia Econômica tem como objetivo investigar os fatos econômicos - em seu sentido amplo, monetários ou não - através da ótica cultural. Assim, mais do que verbas em pesquisa, os alunos, os pesquisadores, os gestores e os docentes transacionam amabilidades, conhecimento, acordos e capital científico. Nessa toada, mobilizam-se empresas, instituições de ensino, grupos de pesquisa e organizações da sociedade civil.

Da mesma forma como no famoso ritual trobriandês registrado por Malinowski (1924), pactua-se uma rede de relações informais, em forma de dádiva, que pode ser convertida em capital científico e social.

Para Kopytoff (1986), nos seus estudos sobre a cultura material, a criação, transformação e circulação dos objetos podem revelar elementos importantes que fundamentam a organização social. Aqui, o artefato a ser estudado são os projetos de pesquisa - que muitas vezes resultam em patentes, máquinas, software ou tecnologia.

As transações econômicas e simbólicas que permeiam esse processo de *empreendedorismo* formam um *ethos* próprio. O pensamento direcionado ao modelo neoliberal como superação do Estado de Bem-Estar Social atua como vetor das transformações pelas quais passam as universidades públicas brasileiras. O avanço das ideias pro-mercado nos países em desenvolvimento, principalmente a partir do Consenso de Washington, tem capitaneado profundas reformas nos sistemas de ensino.

A Universidade de Brasília, não adstrita a esses projetos de *modernização* e alinhamento econômico brasileiro, tem sofrido intensos cortes em seu orçamento. No ano em que completa 60 anos desde a sua fundação, o desafio é manter o equilíbrio de suas contas e a relevância de suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

É nesse contexto de crise que os diversos centros científicos nacionais têm procurado alternativas, como a cobrança de taxas, a desburocratização para facilitar o estabelecimento de parcerias com o setor privado e a criação de *endowments*, que são fundos mantidos por alunos egressos e grupos filantropos para o financiamento institucional.

É com o objetivo de buscar novas fontes de receitas que cada vez mais está sendo estimulado as parcerias com organizações públicas e privadas. De um lado, a organização concedente dos recursos recebe apoio técnico-científico para seus problemas e ainda consegue transmitir a imagem de engajamento com a pesquisa e o desenvolvimento. Do outro, o pesquisador-docente tem a oportunidade de manter-se atualizado na prática profissional de sua área e complementar a sua renda, já o discente, quando há bolsas destinadas, pode usufruir de uma infraestrutura para a iniciação científica. Por fim, a universidade ganha a oportunidade de ter suas salas e laboratórios reformados, além de arrecadar recursos com taxas e a possibilidade de incorporação patrimonial dos bens do projeto.

Apesar de, em um primeiro momento, a dinâmica ser benéfica para todos os envolvidos, uma observação mais acurada pode captar a criação de um senso de competição, o desestímulo às atividades precípuas da instituição universitária e a criação de tensões e desigualdades dentro do ambiente universitário.

Aqui faz-se necessário traçar paralelos com o caso da Universidade de Makerere, em Uganda. Para Mamdani (2009, p. 208), a criação de instituições de ensino superior foi um importante símbolo para a luta pela independência política dos países africanos - assim como a língua, a moeda, o hino e a bandeira também foram marcos importantes. A Universidade de Makerere surge nesse contexto ideológico de reafirmação da soberania do Estado nacional.

Todavia, com o decorrer do tempo, o Banco Mundial em conjunto com outras estruturas pro-mercado foi um ator importante para a reforma educacional na Universidade de Makerere, priorizando o tecnicismo, o empresariamento e a inclusão de uma visão neoliberal da gestão educacional.

A ciência e o conhecimento deixam aos poucos de figurar como símbolos da promoção social, cultural e política e viram instrumentos para servir ao capitalismo global. Nesse contexto, as áreas que resistem a esse projeto podem sofrer com o estrangulamento orçamentário. Os estudos de gênero, de racialidade ou as reflexões promovidas sobre as ferramentas de manutenção dos grupos de poder não são, para o mercado, relevantes.

Na esteira do avanço da mentalidade neoliberal sobre a produção científica, é possível refletir sobre como as métricas de produção e avaliação da performance no ensino superior também capitaneiam esse modelo econômico. Os pesos, as

métricas e os objetos de avaliação impostos pelas agências de financiamento estimulam que os docentes publiquem em ritmos cada vez mais frenéticos, fomentando uma lógica puramente produtivista.

Como efeito, temos a queda na qualidade das publicações (não raro vê-se um docente fatiando sua pesquisa em diversos artigos, gerando um impacto diluído), o autoplágio científico e até mesmo a inclusão cruzada de cientistas que não participaram da pesquisa na co-autoria. O resultado quantitativo torna-se o principal objetivo e o fazer científico é transformado em uma corrida nas áreas consideradas prioritárias pelos financiadores. O impacto científico, social e cultural, o rigor metodológico e a produção de novos saberes passam a figurar em segundo plano.

Acresce-se que, no caso em que esta pesquisa circunscreve-se, outras tensões tomam forma no espaço universitário. Todas elas giram em torno das desigualdades provocadas entre os saberes, competências, setores e pessoas. De forma preliminar, passo a listar três aspectos principais dessas desigualdades.

A primeira é a desigualdade entre as áreas do conhecimento. Beneficiam-se dessas práticas de parceria as áreas que tenham mais apelo às aspirações do mercado. As humanidades sofrem para conseguir parcerias, enquanto os campos com mais capilaridade no mercado abastecem as suas dotações orçamentárias com essas parcerias.

As ciências humanas têm um olhar mais crítico às políticas de mercado. Fazendo constantes denúncias de suas ambiguidades e das tensões provocadas pela sua estrutura econômica. A sua existência representa uma ameaça ao *status quo*. Assim, sua presença e contribuições não servem, de imediato, às aspirações do setor produtivo.

Já as outras ciências altamente teóricas exigem um nível alto de investimento para poder competir no cenário internacional e o seu retorno não é imediato. Muitas vezes os primeiros protótipos de aplicação surgem anos depois do início das pesquisas. As descobertas não são imediatamente aplicadas como incremento tecnológico na economia.

A segunda é a desigualdade entre os centros acadêmico-administrativos. Saem à frente os centros que tenham mais desenvoltura para firmarem parcerias com empresas, entidades ou órgãos públicos. Nesse ponto, as áreas que realizam pesquisas aplicadas conseguem ter mais facilidade para buscar esses acordos do que as que realizam pesquisa básica. Apesar da Reitoria da Universidade de

Brasília deter o papel de comando das políticas administrativas e pedagógicas, cada Instituto, Faculdade e Centro dispõe de certa autonomia para organizar-se internamente, por exemplo.

Alguns centros têm mais resistência em aprovar políticas favoráveis às influências externas nas suas pesquisas - quando o financiador é um agente do mercado, normalmente é ele que define as pautas, prioridades, métricas de avaliação e os objetivos a serem alcançados pelo corpo científico.⁶

Por fim, a terceira é a desigualdade entre o corpo docente, fenômeno que ganhará mais destaque nessa pesquisa. Apesar de todos serem regidos pelo Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90), tendo as mesmas condições de acesso aos benefícios remuneratórios e previdenciários, e até mesmo muitas vezes congregando-se na mesma área do conhecimento, as bolsas, benefícios e oportunidades são distribuídas desigualmente.

A exemplo, a Universidade de Brasília, na Resolução CAD nº 0003/2018, estabelece que um pesquisador sênior pode receber bolsa mensal de até R\$ 10.500,00⁷ - o salário médio do corpo docente é de R\$ 10.655,00.

Nesse ponto encontramos duas visões concorrentes: a primeira defende que o estabelecimento dessas bolsas é vital para evitar a fuga de cérebros - tendo em vista as oportunidades existentes no exterior - e para a constante reciclagem do docente, já que estabelece novos desafios de pesquisa. Assim, a experiência técnica, de mercado de trabalho, é tão importante quanto a experiência pedagógica.

Por outro lado, os críticos defendem que essas bolsas desestimulam que o corpo docente desenvolva o ensino, a pesquisa e a extensão. O foco volta-se para a prospecção de projetos, criando uma universidade-empresa. Assim, é estabelecido um acirramento das tensões entre áreas e uma competição pela prospecção de clientes, desvirtuando o papel da universidade.

É importante lembrar que a maioria dos docentes das IES são contratados com *Dedicação Exclusiva*. Esse regime impede o exercício de outra atividade remunerada, exceto as elencadas na legislação. A escolha do legislador por esse

⁶ No período em que atuei como membro do Conselho de Ciências Sociais (ICS), unidade que congrega os Departamentos de Sociologia (SOL), Antropologia (DAN) e Estudos Latino-Americanos (ELA), ficou bastante evidente a diferença no tratamento dado às instituições externas. Enquanto no ICS houve um debate aprofundado sobre quem seria o financiado, quais seriam os limites e qual seria a independência do cientista dentro do projeto, no IE não havia essa preocupação. Esse tema será aprofundado no capítulo III.

⁷ O valor da remuneração inicial de um docente doutor em regime de Dedicação Exclusiva é R\$ 9.616,18.

impedimento funda-se na ideia de que o docente deve devotar-se integralmente às atividades universitárias, renunciando às possibilidades de ganhos externos. Em contrapartida recebe um adicional na sua remuneração.⁸

Esse contraste entre as áreas do conhecimento, centros de pesquisa e entre os próprios docentes cria embates que vão reverberar na própria estrutura administrativa e nas relações que são estabelecidas na universidade. Como veremos, os docentes não formam um grupo homogêneo mas sim diverso, inclusive dentro de uma mesma unidade. O empresariamento não é uma atitude compartilhada por todos.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, tendo em vista o sumário tempo de confecção, também não haverá igualdade sobre o debate de cada ponto. Sendo o objetivo principal investigar os circuitos de transações econômicas gerados pelos projetos de pesquisa no Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília, o foco será na desigualdade entre o corpo docente e, de forma secundária, a desigualdade entre os centros de pesquisa.

No desenvolvimento do trabalho é pretendido, por fim, olhar para além do *homo economicus*: aquele ser racional guiado meramente para maximizar seu retorno. Esperamos chegar ao modelo do *homo social*: aquele que busca transacionar a dívida, trocando amabilidade e criando alianças nos espaços científicos.

Vamos investigar como o processo de empresariamento da universidade mobiliza os agentes para o estabelecimento de uma nova ordem econômica nas Universidades públicas. Mais do que a ótica institucional, enfocamos nos agentes, nas microrrelações e nos pequenos acontecimentos cotidianos.

O fim das políticas nacional-desenvolvimentistas, no cenário macro, e o aperto fiscal, no micro, é prenúncio de uma nova ordem institucional. Os protocolos, os ritos e as formalidades revelam o simbolismo dessa universidade emergente.

⁸Aos demais servidores públicos é permitido, em regra, a execução de trabalho remunerado para outras instituições privadas.

Breve apresentação da antropologia econômica

A Antropologia Econômica, enquanto ramo científico, nasce a partir do interesse em investigar como os fatos econômicos ordenam e são ordenados pelos fenômenos culturais. Mais do que estudar os juros, a inflação ou os indicadores da atividade econômica, busca-se as estruturas que moldam a sociedade, extraindo significados e categorias analíticas. É assim que, para Mauss, “não basta constatar o fato, é preciso deduzir dele uma prática, um preceito moral” (2003 [1924], p. 298).

Um dos pioneiros nessa temática foi Malinowski, que apesar de ter seu livro como canônico para a própria teoria antropológica, lançando bases para a pesquisa de campo e observação participante, também investigou o sistema de trocas trobriandês (o *kula*). Na mesma esteira, temos Marcell Mauss - que será aprofundado nos capítulos seguintes. Apesar das suas divergências com Malinowski⁹, as suas pesquisas sobre a dádiva convergiram para a estruturação de um recorte econômico dos estudos antropológicos.

Segundo Japiassu (1986, 127), “para a epistemologia, o importante não é o objeto tratado por uma ciência, mas o lugar que esta ou aquela ciência ocupa no espaço do saber.” Assim, defino esse Trabalho de Conclusão de Curso como pesquisa na área da Antropologia Econômica não pelo tema que ele trata, mas sim pelo olhar e pelas ferramentas que estão sendo usadas para interpretar os eventos observados. Seja o fervoroso potlatch ou a concessão de uma oportunidade em pesquisa, o que está em jogo não é o valor monetário dos bens - ou o valor de troca, tomando emprestado o termo da teoria marxista. Vislumbra-se, na verdade, a própria sobrevivência das instituições.

Platão (século V – IV a.C), filósofo ateniense da Antiguidade, foi um dos maiores expoentes da teoria dualista¹⁰. Para ele, existiam dois *mundos* de cognição distintos, sendo o mundo ideal, expressão da verdade e da perfeição, e o mundo sensível, onde habitaria o erro, os vícios e as ilusões. Para alcançar o verdadeiro conhecimento, seria necessário o abandono do mundo físico. Esse pensamento

⁹ Enquanto Marcel Mauss era da escola francesa, Malinowski tinha a tradição inglesa. Mais do que divergências nacionais eram também sobre a própria concepção da pesquisa: enquanto o primeiro usou um método comparativo, sem pesquisa de campo, o segundo empreendeu um campo longo para a compreensão dos fatos sociais. Braga Júnior (2020) alguns comentários a respeito do tema.

¹⁰ O filósofo ateniense não foi o primeiro a fazer essa separação da realidade, os pré-socráticos já o faziam - apesar de não terem avançado tanto a nível metafísico.

reverberou por muito tempo como predominante na filosofia ocidental, traduzido principalmente por Santo Agostinho e adotado pela Igreja Católica.

Essa breve introdução na teoria metafísica do conhecimento é para entender que, apesar de todo o debate filosófico, não podemos negar a materialidade do mundo como experiência da vida social. É assim que a cultura, apesar de ser um conceito intangível, traduz-se muitas vezes em artefatos que guiam a comunidade - esse é um dos princípios básicos da arqueologia, ramo da antropologia que tenta reconstruir o funcionamento de sociedades antigas a partir de vestígios materiais da cultura.

A questão econômica ganha especial centralidade nas sociedades modernas, que experimentam – ou pelo menos acham que experimentaram (Gibson e Graham 1986) – uma exacerbação do arquétipo liberal nos fenômenos culturais. Na formação da Antropologia enquanto comunidade científica esse fenômeno também ganhou enfoque enquanto objeto de interesse.

As ciências humanas têm as gêneses do seu objeto não na humanidade em si, mas sim das representações que ela constrói de si mesma (TERNES 2004, p. 202). Por sua vez, a constituição da Antropologia como ramo científico inicialmente foi construída com a agregação de conceitos, métodos e ferramentas importadas de outras ciências, especialmente a biologia - processo muitas vezes criticado pela postura etnocêntrica promovido pelo *darwinismo social*.¹¹

O *desaparecimento do selvagem* levou outras agendas de pesquisas à disciplina, colocando na pauta questões até então pouco discutidas, como a própria sociedade europeia e norte-americana. Tal fato veio romper o paradigma da dualidade entre o pesquisador e o objeto pesquisado, modelo do projeto positivista.¹²

Essa busca pelo exótico (outro) e também pelo conhecido (si mesmo) exprime na antropologia até mesmo a inversão da perspectiva analítica. Coloca-se também à mesa investigatória os costumes ocidentais pelo olhar dos *selvagens*. É assim que Mariza Peirano, em seu memorial apresentado no Concurso para Titular em Teoria Antropológica da Universidade de Brasília, disse que “na Índia, J.P.S. Uberoi

¹¹ A incorporação da teoria evolucionista não foi um fenômeno exclusivo da Antropologia. Ao contrário, generalizou-se nas mais diversas ciências. De todo modo, destacam-se na Antropologia as obras Herbert Spencer, James Frazer, Edward Tylor e Lewis Morgan.

¹² Inicialmente o dualismo positivista de separação entre objeto e pesquisador era demarcado pela distância geográfica e temporal (apesar da sociedade europeia e as primitivas serem contemporâneas, esta primeira estava à frente das demais na escala evolucionista). O desaparecimento do selvagem obrigou a disciplina a refletir sobre as bases que lhes davam sustentação.

primeiro reanalisou os dados de Malinowski para depois questionar o ocidente na sua autoridade de auto-explicação” (1992, p. 6).

Seja investigando o exótico, como as transações de braceletes e colares, ou a própria sociedade ocidental, como as dinâmicas macroeconômicas que regem o mundo globalizado, a Antropologia tomou para si a diversidade dos fenômenos da vida social, especializando-se em áreas temáticas e subcampos de investigação.¹³ Com a consolidação da disciplina, o enfoque econômico ganha centralidade nas agendas de pesquisas.

Se fosse traçada uma linha evolutiva do campo da Antropologia Econômica, veríamos em Malinowski e o seu conceito de função cultural das trocas um dos principais fundadores da área. Mais do que um *homo economicus*, investigou-se a moralidade por trás das relações entre os sujeitos. Assim:

Outra noção que deve ser desfeita (exploded), de uma vez por todas, é aquela acerca de um Homem Econômico Primitivo (...) guiado em todas as suas ações por uma concepção racionalista de interesse próprio (...). O Trobriander primitivo (...) contradiz essa teoria falaciosa. Ele trabalha guiado por motivos de natureza social e tradicional altamente complexos e com vista a objetivos que não estão diretamente direcionados para a satisfação de suas necessidades presentes ou para assegurar [quaisquer outros] objetivos utilitários (Malinowski, idem, p. 19).

Se para Lévi-Strauss (1973) o parentesco é também uma linguagem, servindo como um importante instrumento de comunicação nas sociedades, nos estudos das ciências humanas contemporâneas, a economia é também um conceito disputado tanto na arena cultural quanto linguística - apesar de ser parte da experiência imediata nas sociedades¹⁴. Dizer o que é economia é poder controlar as suas reverberações jurídicas, sociais e institucionais.

O ato de ordenar a economia é precedido da reflexão sobre o que está inserido nessa categoria. No meio político e científico diversas correntes teóricas mobilizam-se para definir e estruturar um modelo que explique o sistema econômico. Como apontado por Machado (2012, 165), é nesse ponto que duas categorias

¹³ Tanto a divisão taxonômica da Antropologia quanto os seus limites não são consensos na área.

¹⁴ Aqui coloco economia em seu contexto amplo.

analíticas se destacam, onde a antropologia econômica divide-se principalmente entre a visão formalista e substantivista.¹⁵

Na primeira corrente, as relações econômicas são definidas pelo próprio sistema de trocas. Além disso, é concebido que os conceitos econômicos são universais e que podem ser usados para analisar todas as relações nas mais diversas culturas. Aqui, a crítica feita é que ocorre um processo metonímico, onde uma parte (a economia de mercado) é exacerbada para definir as relações econômicas em sua totalidade.

Na segunda corrente, a economia é vista como fruto da dependência do homem com o meio, seja a própria natureza ou o corpo social. O fato econômico é definido pelo significado que as transações assumem no todo cultural (Machado *idem*; Vainfas, 2014). Aprofundando no debate, Polanyi *apud* Vainfas (*idem*, p. 56) sintetiza as principais diferenças entre a abordagem formal e substantiva, aduzindo que

The first meaning, the formal, springs from the logical character of the means-ends relationship, as in economizing or economical; from this meaning springs the scarcity definition of economic. The second, the substantive meaning, points to the elemental fact that human beings, like all other living things, cannot exist for any length of time without a physical environment that sustains them; this is the origin of the substantive definition of economic. The two meanings, the formal and the substantive, have nothing in common.

Se à primeira vista o debate é conceitual, onde se disputa o que é economia e antropologia econômica, para Vainfas (*idem*) essa questão pode ser levada a cabo também por um prisma metodológico, onde a indução contrapõe-se com a dedução.

Não adentrando no debate teórico-metodológico, a cena da antropologia econômica contemporânea tem concebido que uma cultura pode comportar uma infinidade de modos de produção e circulação de coisas e pessoas.

Surge, assim, o que podemos chamar de bilinguismo econômico: uma diversidade de formas de produção, circulação e consumo de bens e direitos convivem - às vezes não harmonicamente - nas sociedades modernas. Em um

¹⁵ É importante ressaltar que essas duas correntes não exaurem o debate dentro da Antropologia Econômica. O objetivo do texto é tão somente sintetizar as principais tendências. Existem também visões marxistas, por exemplo, que propõem a cultura como reflexo das relações de produção. Assim, as estruturas das sociedades feudais (religião, parentesco, filosofia, ciência etc) seriam fruto da sua organização econômica. Maurice Godelier é um dos principais expoentes dessa corrente.

mesmo lugar onde pode ocorrer as relações de trabalho assalariadas, também pode existir o voluntariado e o autoemprego.

Como resultado dessas múltiplas formas de arranjos econômicos, constatamos que isso contraria o que é costumeiramente propagado nas sociedades liberais, em que o capitalismo é a única forma de mercado possível, executável e até mesmo existente. Nessa multiplicidade econômica, surgem igualmente múltiplas ferramentas e operadores cognitivos que atuam nas transações para isolar e articular os arranjos econômicos.

Em vista disso, faz-se necessário trazer a crítica de Gibson e Grahan (idem), que através do prisma feminista, marxista e antiessencialista questionam o lugar privilegiado de dominância que o capitalismo ocupa na representação social.

Aduzem as autoras que esse discurso hegemônico serve para frear ações capitalistas (p. 24), eliminando qualquer possibilidade de organização social fora da economia de mercado. A sua imperatividade nas relações faz inclusive que as relações não capitalistas sejam analisadas pelo prisma capitalista - é assim que uma pessoa que se autoemprega torna-se, no discurso liberal, empreendedor individual.

Apesar da tentativa de suprimir as formas anticapitalistas, elas não podem ser totalmente extintas da vida social. A produção de não-mercadorias e a troca em não-mercados é algo que comumente ocorre no seio capitalista, mas a sua representação é marginal, sendo retratadas como formas precárias e menos evoluídas de se fazer economia, como o trabalho doméstico ou o voluntariado.

No discurso *capitalistocêntrico*, como é chamado pelas autoras, a economia liberal precisa também ser antagonizada como requisito para a sua própria existência. O bom, o justo, o moral e o probo define-se pelo mau, pelo injusto, pelo imoral e pelo corrompido. Assim, impõe-se um regime de dualismo hierárquico.

Nessa diversidade de formas econômicas, planilhas, recibos, processos e rituais servem para isolar o início e o fim de cada circuito. É assim que, por exemplo, um examinador pode receber um presente (dádiva) de um doutorando antes do início da defesa de sua tese e, ao iniciar os rituais da defesa, reveste-se do seu papel de avaliador e de funcionário universitário.

Apesar de todo o debate que existe no campo das Ciências Sociais sobre o modelo teórico-metodológico para modelagem da economia, buscamos compreender os eventos econômicos em sua natureza relacional, observando quais são as suas repercussões nos mais diversos contextos.

Nos próximos capítulos veremos como a burocracia serve como uma das principais ferramentas utilizadas pela comunidade universitária como intermediador dessa diversidade econômica. Nela podemos ver tanto as relações de trabalho assalariadas (algumas mais precarizadas que outras), quanto as voluntárias. O conhecimento ora circula de forma gratuita, em revistas científicas, ora circula em forma de mercadoria, nos projetos de pesquisa.

CAPÍTULO II

SOBRE QUEM FAZ CIÊNCIA

O Instituto de Ciências Exatas e seus Departamentos

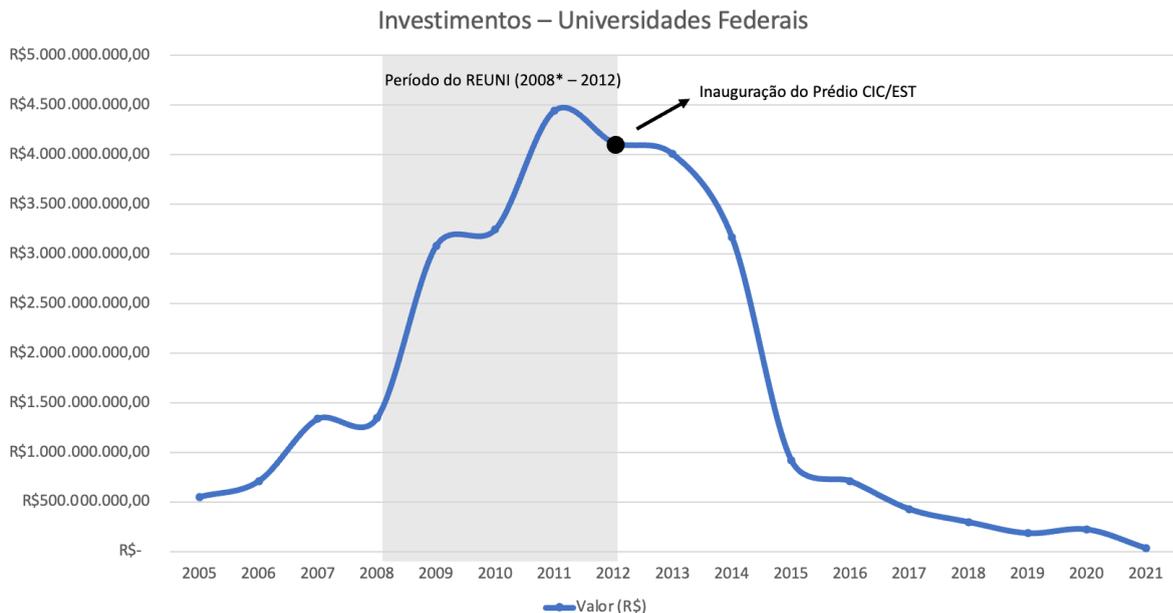
Difícilmente alguém conseguirá identificar o prédio do Departamento de Ciência da Computação ou do Instituto de Ciências Exatas sem algum apoio. Apesar do Departamento ocupar um prédio de 4.485 metros quadrados e o Instituto ser uma das maiores Unidades Acadêmicas da UnB, atendendo aproximadamente 13 mil alunos semestralmente, as sinalizações são bem discretas.

O Instituto de Ciências Exatas fica localizado no prédio do Instituto Central de Ciências conhecido como *Minhocão*. O ICC tem mais de 700 metros de extensão e o seu espaço é dividido entre os mais variados núcleos, órgãos, centros, institutos e faculdades. Em meio a esse conglomerado de estruturas, a porta de entrada do IE é identificada por uma placa modesta, com dimensões aproximadas de 50 centímetros, a qual se destaca pouco em relação a sua complexidade arquitetônica e administrativa.

O Departamento de Ciência da Computação (CIC), por seu turno, compartilha um prédio com o Departamento de Estatística (EST), ambos congregando-se ao mesmo instituto. O prédio foi inaugurado em 2012 e é fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - os professores mais antigos, quase todos, falavam que esse foi o tempo de abundância, em contraste com a escassez vivida na atualidade.

Ao observar a figura 1, que mostra os recursos investidos pelas Universidades Federais (UFs), percebemos que o período em que curva atingiu o seu ápice foi durante o REUNI, chegando a R\$ 4.443.458.905,27 em 2011 e caindo até R\$ 35.409.739,71 em 2021.

Figura 1 - Recursos de investimentos das Universidades Federais.



* O REUNI foi instituído em 2007 mas a exequibilidade financeira iniciou-se em 2008

Dados: Sou_Ciência/UNIFESP. Fonte: autor.

Ainda sobre o prédio, a sua concepção arquitetônica assemelha-se a diversos outros edifícios espalhados pela Universidade, como o Instituto de Ciências Sociais ou o Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais. A sua planta é conhecida como "Unidades de Ensino e Docência".

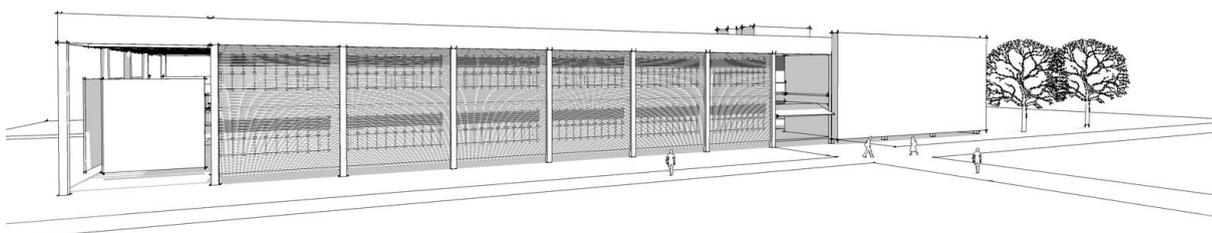
Em contraposição com as construções de estilo brutalista¹⁶, que caracterizam a Universidade, a impressão é que o prédio é novo e bem conservado. Ao contrário do Instituto, aqui já não existe nenhum tipo de placa que identifique o que tem no bloco. Ao questionar porque isso ocorria, fui informado que as placas de identificação foram derrubadas há alguns anos por uma ventania e até então não foram recolocadas.

No dia a dia, a circulação de pessoas não é muito grande se compararmos o movimento com outros prédios da Universidade. A parte térrea é ocupada por diversos laboratórios e salas de grupos de pesquisa, por duas empresas juniores, por um auditório, duas baias de estudo individual e duas salas de monitoria. No canto do prédio, localizam-se duas salas para atendimento ao aluno pelas

¹⁶ O brutalismo é um estilo arquitetônico pós-guerra que foi amplamente utilizado na construção de Brasília e nas primeiras edificações do campus Darcy Ribeiro da UnB. Esse estilo caracteriza-se principalmente pelo uso do concreto aparente (bruto), sem o uso de tinta ou outros materiais para escondê-lo, além do emprego de formas geométricas simples, criando um ambiente funcionalista e despojado. Tal estilo é marcante na paisagem arquitetônica da UnB.

coordenações de curso e outro espaço para a equipe de apoio técnico prestar suporte na área de informática (manutenção de sistemas e equipamentos). No meio do edifício, existem dois pátios internos.

Figura 2 - Perspectiva do projeto arquitetônico adotado no Prédio CIC/EST



. Fonte: CEPLAN/UnB

Na parte superior ficam as salas dos professores, duas salas de conferência, uma sala de reunião, duas salas de convivência (sendo uma dedicada aos alunos, com microondas, geladeira, sofás e mesas), duas estações de trabalho para convidados externos e uma sala de treinamento para programação competitiva.

O prédio também conta com energia fotovoltaica¹⁷, sendo que o projeto foi concebido através de um trabalho de conclusão de curso de graduação de um discente da Faculdade UnB Gama (FGA), unidade que mantém forte intercâmbio com o Departamento - inclusive a FGA tem um prédio com a mesma concepção arquitetônica do CIC, sendo construído também com recursos do REUNI.

Comparando com edificações ao redor, o local é bem equipado e conservado. Não é incomum encontrar trabalhadores realizando pequenos reparos ou instalando novos equipamentos.

¹⁷ A energia fotovoltaica é uma fonte de energia limpa e renovável, pois ao criar energia elétrica a partir da energia solar, não emite gases poluentes nem gera resíduos tóxicos. A partir do sistema de mini-usinas, a UnB planeja ter o maior parque de geração de energia renovável entre as Universidades Federais. Em março de 2020, período em que os primeiros casos de Covid-19 eram notificados no Distrito Federal, a UnB optou por manter suas atividades presenciais. Em decorrência dessa decisão, o governador do Distrito Federal solicitou que a empresa pública responsável pela distribuição de energia elétrica (CEB) interrompesse o fornecimento de energia para a instituição de ensino. Esse caso paradigmático exemplifica a importância da autossuficiência energética para a Universidade.

Publish or perish: o magistério

Durante o campo, escutei uma anedota que dizia que certa vez um aluno perguntou ao seu professor, conhecido por ser um dos mais produtivos na publicação de artigos científicos, como ele conseguia manter a produção tão acelerada. O professor respondeu: "É a regra daqui: publish or perish". Então o professor pegou uma folha em branco e escreveu: "Análise sobre a agilidade na confecção de publicações científicas" e entregou ao aluno dizendo: "Viu? Mais um artigo publicado".

Em tradução livre, a expressão *publish or perish* pode significar *publique ou pereça*. Apesar de ser usada de forma jocosa no meio acadêmico, ela revela uma realidade presente durante toda a jornada de formação do docente: é preciso publicar cada vez mais para conseguir ser reconhecido pelos seus pares. Como veremos, as publicações científicas são um importante mobilizador na formação moral do docente-pesquisador na Universidade de Brasília.

Existem diversos caminhos para tornar-se docente da Universidade de Brasília, cada um oferecendo um regime jurídico diferente. Os concursos públicos, as seleções simplificadas ou os contratos de voluntariado ocorrem quase diariamente - apesar disso, os concursos não são unificados, dificultando a reserva de vagas para pessoas negras e indígenas.¹⁸

Os mais de 2,8 mil professores dividem-se basicamente em dois grupos distintos: o quadro permanente e o quadro provisório. No primeiro, temos os professores admitidos via concurso público e que tem estabilidade funcional e possibilidade de gerência direta na administração universitária. No segundo, concentra-se um grupo bastante heterogêneo, com pesquisadores em diferentes estágios de maturidade. A convivência de campo ocorreu com ambos os grupos e, nos próximos tópicos, iremos discutir mais sobre cada um.

¹⁸ A Lei nº 12.990/2014, em seu primeiro artigo, garante a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras. Todavia, o parágrafo primeiro do referido artigo condiciona a eficácia da reserva à existência de no mínimo três vagas. No contexto específico dos concursos públicos para contratação de docentes, é comum que sejam ofertadas apenas uma vaga, o que inviabiliza a implementação da Lei de Cotas. Nesse sentido, embora as cotas aplicadas aos vestibulares e o fortalecimento da assistência estudantil tenham contribuído para a ampliação da diversidade racial entre os alunos, ainda não se observa essa representatividade racial no corpo docente. Cabe destacar que a questão indígena apresenta um quadro ainda mais preocupante, uma vez que não há reserva de vagas para esse grupo nos concursos públicos federais.

Em ambos os casos, a consolidação como docente passa também pela sua consolidação enquanto pesquisador. A Universidade é fundada no tripé indissociável da pesquisa, ensino e extensão e essa interlocução é até desejável. Ocorre que cada vez mais o ensino e a extensão são desvalorizados em detrimento de uma supervalorização da pesquisa.

Segundo Valentim e Evangelista (2013, p. 5), ao fazer um apanhado histórico das Instituições de Ensino Superior Federais, é possível perceber que:

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao modificar o papel da CAPES, estabelece que o resultado das avaliações das IFES estaria diretamente ligado ao produtivismo dos professores da pós-graduação, jogando por terra o direito a indissociabilidade da tríade acadêmica, uma vez que diferencia professores e valoriza a pós-graduação em detrimento das outras áreas de ensino.

Assim, docentes que não estejam inseridos nesse circuito de produtivismo acadêmico são vistos como de segunda classe. Durante o campo, escutei de um professor, que figurava entre os principais nos rankings de publicação, que os demais participavam de "comissões inúteis" (referindo-se aos docentes dedicados à gestão universitária), além de que "[eu] sou pesquisador e não extensionista" (frase proferida nas discussões da curricularização da extensão).

Os discursos proferidos por este docente reproduzem importantes mobilizadores ideológicos. Em sua visão, a extensão não integra o rol de suas atividades enquanto docente do magistério superior, mas sim a pesquisa. Igualmente a gestão universitária é vista como inferior (talvez por ela representar a burocracia).

Tais falas ajudam a entender as reflexões feitas por Mancebo (2010, p. 84) sobre a valorização do trabalho docente no Brasil, que passa pelos *índices de produtividade*:

O docente é "valorizado" por essas avaliações, onde pesam a inserção na pós-graduação, o número de orientações, artigos e livros publicados e o próprio fato de ter uma "bolsa de produtividade em pesquisa" que consegue por méritos próprios no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Institucionaliza-se uma hierarquização entre os docentes, legitima-se uma "elite acadêmica" definida como tal pelo desempenho conseguido nos editais de pesquisa, nas bolsas

captadas para si e para estudantes, pelos escores que alcança na produtividade acadêmica. (MANCEBO, 2010, p. 84).

As reflexões sobre produtividade serão retomadas mais à frente, quando discutiremos sobre o papel das colaborações esporádicas e os projetos de pesquisa. Agora atentemo-nos aos dois principais tipos de vínculo que um professor pode estar dentro da Universidade de Brasília: o vínculo voluntário e o permanente.

A docência interina

Segundo a Administração Superior da Universidade, entre 2021 e 2022 foram 427 pessoas que celebraram contrato de trabalho voluntário. Apesar disso, não se sabe ao certo quantos profissionais lecionam de forma gratuita na Universidade, tendo em vista as diversas formas com que isso pode ser feito, como os alunos de mestrado e doutorado que ministram disciplinas como *estágio em docência*.

Natália é uma mulher branca com cerca de 35 anos. Recém-doutora, tem como sonho tornar-se professora do magistério superior. Enquanto não consegue ainda ser convocada nos concursos, divide o seu tempo entre as aulas que ministra de forma voluntária na UnB com o seu trabalho remunerado.

A ela junta-se Patrício, homem branco com cerca de 35 anos, doutorando que se afastou do trabalho para dedicar-se à pesquisa; e Paulo, docente aposentado da UnB que agora atua de forma voluntária.

Em comum a todos, o voluntariado e as críticas à falta de reconhecimento são dois marcadores que sempre estiveram presentes em nossos encontros. Durante a pesquisa tive a oportunidade de conversar com esses docentes para saber a motivação de exercerem essas atividades de forma gratuita, abrindo mão às vezes de outros projetos pessoais e profissionais.

Para Natália, o exercício do voluntariado tem como principal objetivo "ganhar experiência em sala de aula". Questionada se ela teve experiências anteriores, fui informado que:

Já dei algumas aulas antes sim [...] A primeira vez foi na graduação quando fiz estágio [da licenciatura]. No mestrado eu não consegui por falta de tempo e no

doutorado tive oportunidade de substituir o orientador, mas no geral foram em ocasiões pontuais.

- Conversa realizada em 09/12/2022

Quando perguntei porque ela fazia o trabalho voluntário, seja ministrando aulas de forma gratuita ou publicando em revistas científicas (que muitas vezes cobram taxas do autor), fui informado que:

Acredito que a ciência precisa ser aberta e trabalhar com dados abertos. [...] a evolução só ocorrerá quando os cientistas pararem de competir por ego e pesquisarem por amor à humanidade, um exemplo muito recente foi a pandemia do coronavírus onde foram utilizados muitos dados abertos em prol da salvação da humanidade e as pesquisas trouxeram resultados e avanços muito mais rápidos do que normalmente é. Se os cientistas realmente focassem no avanço da ciência ao invés de focarem em fama, dinheiro e ego, já teríamos descobertas muitas curas e soluções ao redor do mundo. (conversa realizada em 10/12/2022)

Para Patrício, a docência surge como contrapartida de uma bolsa que recebe, permitindo que ele pudesse afastar-se do seu trabalho. De todo modo, reclama da falta de reconhecimento: "é uma experiência muito boa assumir uma turma, mas acaba me sobrecarregando e não vejo reconhecimento da Universidade".

Se por um lado Patrício e Natália preocupam-se em consolidar a sua posição na academia, as motivações de Paulo são diferentes. Ao contrário dos demais, ele já tem uma carreira consolidada na área, tendo cerca de 30 anos na carreira de docente do ensino superior.

Me aposentei porque estava com medo da Reforma [da Previdência]. Nem tinha pensado em fazer isso até 2019 [...] Ainda tenho disposição e pretendo continuar fazendo o que gosto até achar que chegou a hora de descansar (conversa realizada em 05/10/2022)

Apesar de todos estarem ministrando aulas de forma voluntária, sem contrapartida por parte do Estado (exceto Paulo que recebe proventos da previdência social), cada um é vinculado em um regime jurídico diferente. A despeito

dessa variedade de mecanismos que garantam o trabalho não remunerado, o ponto de convergência é a falta do vínculo empregatício.

Natália, a única que não tinha nenhum tipo de vínculo prévio com a Universidade, firmou um contrato com a UnB. Regido pela Lei n.º 9.608, o parágrafo único do artigo primeiro institui que o "serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim."

Já a atividade de Patrício é inserida dentro de uma disciplina da sua pós-graduação, sendo um instrumento pedagógico para a sua própria formação enquanto doutor. Além disso, é uma contrapartida exigida pela CAPES à manutenção de sua bolsa.

Por fim, Paulo retorna à Universidade como professor colaborador. Essa modalidade é regida internamente pela Resolução CEPE 0047/2022, que prevê que a:

"participação como Pesquisador Colaborador não gera vínculo empregatício ou funcional entre a Universidade e o Pesquisador, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim"

O voluntário pode atuar em atividades técnicas, administrativas, de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura. De modo geral, a docência voluntária é o tipo de vínculo mais frágil que se pode ter com a UnB. Esses docentes não têm diversas prerrogativas, como a de opinar nas diretrizes administrativas e acadêmicas da Universidade ou de ocupar cargos de direção e posições estratégicas.

Além disso, não são amparados de forma alguma pela legislação trabalhista e esse tempo também não é considerado de forma alguma para efeitos de aposentadoria na previdência social.

De todo modo, apesar da retribuição financeira não ser o maior atrativo, a busca por experiência e reconhecimento são os aspectos que mais apareceram nos diálogos que tive. Do lado institucional, em conversa com gestores do Departamento, soube que esses docentes eram convidados a darem aula pela enorme dificuldade que se têm em ofertar todas as turmas necessárias para a formação dos discentes.

A docência estável

O quadro permanente da Universidade de Brasília é formado por docentes admitidos via concurso público, onde se avaliam as capacidades técnicas e a trajetória acadêmica do pesquisador. Regida pela Lei n.º 8.112/1990 e pela Lei n.º 12.772/2012, a carreira tem como um dos principais atrativos a estabilidade e a possibilidade de aperfeiçoamento contínuo.

O docente estável pode participar das atividades administrativas e de gestão acadêmica da Universidade e assumir cargos de confiança nas mais diversas entidades que compõem a burocracia estatal brasileira - como participar da direção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma das principais ferramentas de financiamento de pesquisa da União.

Outra vantagem é que o professor do magistério superior pode ter mais facilidade para propor projetos de pesquisa e conseguir arrecadar verbas para o seu financiamento - alguns editais têm como pré-requisito que o titular do projeto seja vinculado a alguma instituição. Por fim, os docentes também podem ser convidados para ocupar cargos estratégicos em pesquisa, o que amplia sua visibilidade - inclusive, em alguns casos, internacional.

A carreira é dividida em diversos estágios que são conquistados pelo profissional à medida em que progride na carreira. A etapa inicial é de professor classe A, que é a vaga oferecida pela maioria dos concursos¹⁹. A partir dela tem-se o docente assistente (classe B), adjunto (classe C), associado (classe D) e titular (classe E).

Para além de servir como referência para a progressão funcional e salarial, essas classificações também servem para distribuir direitos, deveres e indicam níveis de influência dentro da estrutura universitária. Assim, se um professor titular consegue o mais alto nível de consagração, o assistente ainda é aquele que exerce pouca influência. Em conversa com um coordenador de curso da Universidade, fui informado do seguinte:

"É que o titular tem poder de influência grande aqui. Sempre existe um grupinho em volta dele. Os votos [nos órgãos colegiados] são iguais, né? Mas sempre tem o respeito e a influência" (conversa feita em 21/12/2022)

¹⁹ Em 2022, todos os editais de professor efetivo eram para provimento de vagas de professor da classe A.

Do lado jurídico-administrativo, não existem diferenças significativas entre os níveis de docência da Universidade de Brasília - não considerando as implicações na remuneração. O Estatuto dos Servidores Públicos disciplina que os docentes em estágio probatório (com menos de 3 anos de ingresso na carreira) inclusive podem "exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação" (Art. 20, § 3o da Lei n.º 8112/1990).

Contudo, ao se fazer uma análise do que é efetivamente feito na UnB, existem garantias e encargos para cada estágio. É assim, por exemplo, que o coordenador de curso informou que:

"Quem primeiro escolhe as turmas e os horários são os mais antigos até chegar no mais novo. É um entendimento informal. A preferência é que os mais novos peguem turmas de serviço ou que tenham ementa fixa e os mais antigos dêem as mais especializadas."

Sobre a seleção feita para a carreira, o cargo implica que o candidato tenha já um elevado grau de produção acadêmica e reconhecimento na área. A banca de avaliação é composta normalmente por três docentes da área do concurso, sendo que um deve ser externo. As etapas de seleção normalmente envolvem uma defesa de memorial, onde o candidato apresenta a sua trajetória de formação, a análise curricular e a avaliação de uma aula sobre um tema previamente sorteado.²⁰

Inicialmente pode-se questionar o alto nível de discricionariedade que existe na seleção, tendo em vista que tanto a defesa de memorial quanto a avaliação de uma aula podem ser guiados por critérios subjetivos. A avaliação didática, por exemplo, não ocorre necessariamente com a presença de profissionais da área de pedagogia.

Sobre as bancas de seleção, Lemos (2011, p. 109) reflete que:

O que tem sido avaliado nos concursos de ingresso e promoção são os méritos das pesquisas, que os professores tendem a priorizar, por causa dos efeitos econômicos e de status no campo acadêmico, uma vez que o destino prioritário dos investimentos para a formação do pessoal é orientado principalmente para a pesquisa. Isso faz com que, contraditoriamente, a docência transforme-se em uma atividade marginal dos docentes.

²⁰ Outras modalidades de avaliação também podem ser aplicadas, como uma prova prática de laboratório e a prova escrita, a critério da Unidade.

Pude notar essa valorização da pesquisa na conversa com alguns professores. Um recém ingresso - ainda em estágio probatório - informou que:

Eu nunca planejei ser professor. Meu grande sonho era ser cientista. Aqui [no Brasil] essa carreira não existe. Resolvi fazer o concurso mais pela garantia de ter um emprego estável e porque aqui posso continuar minhas pesquisas. [...] Ah, mas eu gosto muito de envolver os alunos na minha pesquisa porque eles contribuem muito com o laboratório e com os projetos. [...] Eu não me arrependo, sempre entreguei nas mãos de Deus"

- conversa realizada em 10/06/2022

Sobre a remuneração, a UnB tem praticamente nenhuma influência para decidir. Ela é fixada por Lei proposta pelo Poder Executivo Federal. Seu reajuste não necessariamente é anual ou é feito com base nos índices de inflação.

Além disso, há inúmeras limitações, como o teto constitucional²¹ e a vedação de acumulação de outras atividades laborais (para os docentes em regime de Dedicção Exclusiva), inclusive na iniciativa privada. O que diminui a capacidade do docente buscar outras formas de trabalho remunerado

Por conta disso, uma das maiores críticas à legislação de pessoal do magistério superior federal é que essas normas limitam a atuação profissional do docente, diminuindo a reciclagem profissional. Assim, alega-se que o curso torna-se cada vez mais teórico e menos voltado às aplicações práticas no mercado de trabalho.

De todo modo, existem algumas exceções na legislação que permitem o desenvolvimento de atividades remuneradas paralelas, tais como a participação em palestras, em perícias e em projetos técnico-científicos - e até mesmo nesses casos a legislação impõe limites.

O ideário normativo é que a regra seja a dedicação exclusiva e que as atividades fora do escopo universitário sejam exceções, no limite em que permitam a atualidade dos conhecimentos, técnicas e habilidades do corpo docente. Na UnB, o controle dos limites fixados na legislação cabe às próprias unidades acadêmicas, não tendo um órgão centralizado.

²¹ O teto constitucional é uma limitação da remuneração definida pela Constituição Federal, onde nenhum servidor público federal pode receber mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal. Atualmente o valor é de R\$ 39.293,32.

Por fim, é importante falar sobre os cargos e funções que existem dentro da universidade. Esses cargos, na maioria das vezes de natureza administrativa, vem com um aumento remuneratório e devem ser conciliados com as atividades acadêmicas (orientações, aulas e a participação em pesquisas).

Apesar de existirem diversas oportunidades dentro da universidade, elas não são concorridas pela sua gratificação pecuniária. Na verdade, o que percebi no campo é uma aversão em pegá-la, sendo vistas como um impeditivo para o desenvolvimento pessoal e profissional do docente.

Durante o campo pude notar o fim do mandato de algumas funções. Houve grande dificuldade em encontrar substitutos. Alguns alegaram que essas funções davam muita "dor de cabeça" e dificultavam o trabalho de pesquisa. Um docente chegou a me confidenciar que o seu desejo era largar uma coordenação para poder melhorar a qualidade de suas publicações.

O valor das funções variam entre R\$ 61,67 e R\$ 975,51 e os cargos de direção (CD) vão de R\$ 6.421,26 a R\$ 13.474,12. Nesse último caso, o docente deve escolher entre receber somente o valor integral ou a sua remuneração mais 60% do valor da CD. Por fim, as coordenações de curso, sejam de pós-graduação ou graduação, recebem um valor único de R\$ 983,18.

Na observação de campo e nas entrevistas, observei que a remuneração era uma dos fatores menos decisivos que motivam alguém a querer assumir essas posições. Na verdade, operam de forma mais preeminente aqui questões não monetárias.

Fazendo uma análise da remuneração dos docentes, com dados fornecidos pela própria universidade, observamos o seguinte:

458 docentes recebem algum tipo de gratificação (16% do total), sendo que a maioria (210) são gratificações pelo desempenho de coordenação de curso, seja graduação ou pós-graduação. O dado mais interessante para a pesquisa é de que a média salarial dos docentes que exercem funções e cargos de direção é de R\$ 10.655,74, já dos que não recebem é de R\$ 10.343,62. A diferença salarial é baixa, de somente 3%.

O reajuste salarial das Universidades Federais não ocorre com frequência. A progressão funcional é periódica. As funções têm valores relativamente baixos se

comparados a outros cargos da máquina federal. Para tentar contornar essas limitações, muitos docentes participam como bolsistas de projetos de pesquisa.

Mesmo nesses casos, é importante frisar que a Administração Superior da UnB faz o tabelamento dos valores máximos que podem ser pagos em bolsas de projetos de pesquisas, sendo atualmente de R\$ 10.500,00 - praticamente o mesmo valor que a média salarial docente. Assim, um docente consegue praticamente dobrar a remuneração com apenas uma bolsa de projeto científico.

Não é incomum que docentes bolsistas, beneficiários do projeto ou ex-bolsistas sejam também os próprios fiscais da execução do contrato. Com uma flexibilidade maior para lidar com o dinheiro público, as tensões acerca do controle externo tornam-se constantes.

Visão geral sobre outros trabalhadores e trabalhadoras

Apesar de não fazer parte do eixo principal da pesquisa, é válido também traçar um panorama geral sobre como as políticas de desmonte e os projetos acadêmicos também influenciam as relações de outros tipos de funcionários com a Universidade.

O avanço dos processos de privatização e desinvestimento também podem ser sentidos nas relações jurídicas e sociais estabelecidas entre a própria Universidade e os seus funcionários das atividades-meio. A diminuição dos recursos disponíveis pela instituição desidrata as ações de valorização, motivação e retenção de talentos, precarizando tanto o trabalho científico quanto os seus serviços de apoio.

Os funcionários da UnB são, em regra, regidos pela Lei nº 8.112/97, conhecida também como Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União. Nesse regime, os cargos somente podem ser criados por lei, os provimentos só poderão ocorrer mediante concurso público e os trabalhadores são diretamente vinculados ao Estado - chamados também de servidores estatutários.

Esse estatuto confere vários direitos aos servidores, como a possibilidade de tirar licenças remuneradas para capacitação, a estabilidade²², a irredutibilidade da

²² A estabilidade dos servidores públicos federais é alcançada somente após três anos de exercício no cargo. Mais do que um direito do servidor, é também uma garantia para a sociedade para evitar

remuneração e a percepção de indenizações, gratificações e adicionais diversos. Por fim, assim como os demais trabalhadores formais, há a garantia da previdência social.

Esse rol de direitos e vantagens é um atrativo ao serviço público federal, servindo para reter talentos e mão de obra qualificada para o seu quadro de pessoal. As seleções públicas são conhecidas por serem concorridas, contando com centenas ou até mesmo milhares de candidatos por vaga.

Apesar de algumas garantias terem status constitucionais (como a estabilidade e irredutibilidade de vencimentos), as políticas de desmonte e de precarização das relações de trabalho avançam na agenda legislativa sob o mote de busca da eficiência e modernização.

Mesmo figurando como prioridade de alguns grupos políticos e econômicos, a questão da reforma do Estado é um tema bem antigo. Dentre as dezenas de iniciativas, podemos destacar a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público na era Vargas, ou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de Fernando Henrique Cardoso.

A última grande tentativa de reforma administrativa, consignada na Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, dentre outros pontos pretende flexibilizar as regras para demissão, conferir grande poder à Presidência da República na criação, extinção e transformação de cargos e precarizar a relação formal trabalhista entre o Estado e os prestadores de serviços públicos - como a contratação de funcionários terceirizados para a execução de atividades finalísticas do órgão.

Na Mensagem Presidencial que a acompanha, justificando ao Congresso Nacional as razões para a sua promulgação, em diversos momentos são utilizados estudos e recomendações do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ambas organizações são reconhecidas por defenderem o capital internacional.

Para além dessas questões que envolvem os servidores estatutários, uma grande parte dos trabalhadores da Universidade são terceirizados (regidos pela CLT ou por contratos intermitentes), atuando principalmente nos serviços de limpeza, manutenção, vigilância, recepção e copeiragem.

corrupção e garantir a solidez institucional perante pressões políticas. No caso da docência, a estabilidade garante também a liberdade de cátedra.

Nesse caso, não existem muitas obrigações trabalhistas por parte da Universidade. Os empregados respondem à hierarquia da empresa terceirizada e não são amparados pela estabilidade, irredutibilidade de vencimentos e nem recebem, por parte do Estado, incentivos para qualificação e desenvolvimento profissional.

Ressalta-se que a terceirização não ocorre somente nas atividades de suporte, como vigilância, copeiragem e manutenção, mas já houve casos até mesmo nos serviços meio e fim da Universidade. Esses funcionários *de segunda categoria* eram pagos normalmente através de projetos institucionais, onde o gestor destinava parte dos recursos para contratações alheias ao objeto do plano de trabalho da pesquisa.

Para tentar evitar esse desvio de finalidade, a Fundação Universidade de Brasília teve que celebrar um termo de conciliação judicial em que se abstém de promover a terceirização de forma generalizada. Apesar disso, não é comum observar que essa vedação é burlada.

CAPÍTULO III

SOBRE A ESTRUTURA BUROCRÁTICA

A Universidade de Brasília observará os princípios de gestão democrática, de descentralização e de racionalidade organizacional, conforme estabelece este Estatuto

Estatuto da Universidade de Brasília

A epígrafe que inaugura este capítulo, retirada do Estatuto da UnB, lança bases para um dos principais elementos organizadores da gestão universitária: os órgãos colegiados. Podendo ser chamados de "câmaras", "conselhos", "congregações", "turmas", "núcleos", "comissões" ou até mesmo "colegiado", esses órgãos congregam em uma mesma estrutura decisória docentes e, em alguns casos, também discentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil.

Sendo elementos importantes que compõem a estrutura burocrática, elas servem para apoiar e direcionar tanto as atividades administrativas (atividade-meio) quanto as de ensino, pesquisa e extensão (atividade-fim). Mais do que instâncias formais, são também arenas de disputas entre os seus membros - a maioria são docentes do quadro permanente.

Não existe uma classificação oficial para esse tipo de arranjo administrativo. Mas podemos analisar um órgão colegiado quanto à matéria de competência (podendo ser administrativa, como o Conselho de Administração, ou acadêmica, como o Núcleo Estruturante Docente), quanto à sua posição hierárquica (Conselhos Superiores ou congregações locais), quanto à força decisória (normativa, fiscalizadora, consultiva ou deliberativa) ou quanto à sua duração (permanente ou temporária).²³

Também não existe um levantamento de quantos órgãos desse tipo existem na Universidade, mas essa forma de organização administrativa é usada de forma generalizada, seja para conferir certa legitimidade democrática nas decisões, seja também para dissolver possível responsabilização pelas decisões tomadas. No anexo I encontra-se a estrutura organizacional da UnB. Frisa-se que a maioria das entidades que encontram-se ali são dirigidas por estruturas colegiadas.

²³ Vale destacar que essas classificações não são estanques. Por exemplo, um órgão pode acumular mais de um tipo de competência ou proferir decisões com diferentes forças normativas. Além disso, em alguns casos, órgãos superiores podem avocar para si, de forma permanente ou temporária, matérias de competência de órgãos inferiores.

Interessante aqui assinalar que os colegiados, por sua historicidade e importância que têm na UnB, são usados também como ferramentas de legitimação. Nem todas as matérias são originalmente de competência dos colegiados. Na verdade, a Universidade preserva em sua organização certa simetria com o regime da separação de poderes adotado pela República brasileira, dispondo em seu Estatuto e Regimento Geral que:

O Departamento tem como instância deliberativa sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmicas e administrativas, o Colegiado, e como instância executiva, a Chefia.

Art. 37 do Estatuto e Art. 33 do Regimento Geral

Se aos colegiados cabe agir como um poder normativo, cabe a sua presidência (chefia) um certo poder discricionário sobre questões operacionais, como a aprovação de compras, distribuição de metas e autorização de férias e licenças.

O que notei é que muitos temas que eram alheios às competências do Colegiado foram pautados - esse recurso, inclusive, foi utilizado de forma sistemática durante todo o período em que a pesquisa foi realizada. É assim que tivemos, por exemplo, a discussão sobre a compra de coffee-break (462ª Reunião), discussão sobre a gestão de pessoas (463ª e 464ª reuniões) e discussão sobre questão patrimonial (463ª e 464ª reuniões) - algo alheio à sua natureza.

Para entender a estrutura atual, é preciso antes fazer um breve apanhado histórico de sua formação. A Universidade de Brasília inicialmente foi concebida sob o modelo de *mantenedora*. Assim, em 1962 existiam duas figuras distintas: a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e a Universidade de Brasília. Nessa concepção, a Universidade *em si*, não tinha autonomia administrativa, financeira, patrimonial ou científica, sendo subordinada à FUB.

Nesse período, inclusive, os docentes eram organizados em cátedras, sendo que a mudança ocorreu a partir da promulgação da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968) onde:

[...] as influências europeias nas universidades brasileiras foram dissolvidas em parte, já que o sistema de cátedras, até então vigente, foi

substituído pelo sistema departamental, baseado no modelo norte-americano de universidade, que adotou o sistema de departamento para reunir os docentes da mesma área de saber. Nos departamentos, a gestão é realizada de maneira rotativa e a carreira docente é baseada na produção científica e na titulação. (SILVA; REAL, 2011, p. 145).

Com o tempo, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, que positivou a autonomia universitária, os poderes da Fundação foram diminuindo gradativamente, sendo que hoje as suas competências já foram totalmente absorvidas e distribuídas por toda a Universidade - assim, não existem mais duas figuras jurídicas distintas.²⁴

O próprio texto da epígrafe já fornece alguns atributos do regime e da natureza jurídico-administrativa que sustentam a colegialidade universitária. De forma breve, pode-se fazer as seguintes observações sobre cada princípio elencado:

Do princípio da gestão democrática deriva as mais diversas votações e consultas que são lançadas à comunidade acadêmica, inclusive para a escolha dos dirigentes - vale destacar que mesmo após eleitos, os gestores estão subordinados aos órgãos colegiados.²⁵ Além disso, esse princípio abre espaço para a participação ativa dos estudantes, técnicos-administrativos, docentes e representantes da sociedade nos processos decisórios.

Nesse ponto destaca-se o Conselho Comunitário da Universidade, que é composto por representantes da Administração Superior (Reitoria e Decanatos), do Governo do Distrito Federal (Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e FAP-DF), representantes sindicais profissionais (SINPROF-DF e FASUBRA) e patronais (FIBRA, Fecomércio, SEBRAE), movimentos sociais (UNE, Ubes, GTPA/Fórum EJA, Central de Movimentos Populares), associações civis (Aposfub, Alumni UnB) e políticos (Câmara dos Deputados e Câmara Legislativa).

Já o princípio da descentralização permite que as diversas unidades que compõem a UnB tenham certa autonomia para tomar decisões em suas áreas de competência, garantindo que as especificidades locais sejam respeitadas. O

²⁴ Inclusive, apesar de ser ainda chamada de Fundação, atualmente a UnB não é uma fundação e sim uma autarquia federal.

²⁵ A direção máxima de cada unidade, órgão e centro da Universidade é exercida pelos órgãos colegiados. Até mesmo a Reitoria está subordinada ao Conselho Universitário (formado por estudantes, professores e técnicos-administrativos).

princípio também garante que as unidades possam agir rapidamente para responder adequadamente às imprevisibilidades.

Por fim, o princípio da racionalidade organizacional busca garantir que os recursos da universidade sejam utilizados de forma eficiente e que as ações sejam planejadas e executadas de acordo com objetivos e metas estabelecidas.

Para além do seu espaço ocupado na estrutura formal da burocracia Universitária, veremos que essa comunhão de pesquisadores é apoiada também por estruturas informais.

Nos Conselhos e Colegiados

O Conselho do Instituto de Ciências Exatas é uma instância colegiada composta pela Direção e Vice-Direção do Instituto, pelas chefias, por um representante docente de cada departamento, por um representante do corpo técnico-administrativo e um discente, totalizando dez membros. Participam também como convidados os secretários de cada departamento.

Não há periodicidade determinada para as convocações das reuniões, nem também regularidade nos itens da pauta. Elas podem ocorrer de forma presencial, por webconferência ou até mesmo via email. Durante a pandemia as reuniões ocorreram sempre de forma virtual.

O seu principal objetivo é traçar políticas educacionais e administrativas a nível tático, congregando cada uma das áreas do conhecimento que formam o Instituto. A condução do colegiado ocorre pelo diretor do Instituto, que é responsável por franquear a palavra aos demais.

É importante observar que a sua composição não é pelo número de docentes ou de alunos, nem é proporcional à complexidade acadêmica ou administrativa de cada departamento. Sua distribuição igualitária no número de cadeiras demonstra a sua vocação em ser uma instância para evitar distorções, dando peso maior a unidades em detrimento de outras - assim como ocorre com o Senado em estados federados.

Alguns temas são aprovados de forma quase que automática - sendo colocados em votação mais por rito e formalidades administrativas do que por

relevância temática. Já outros ganham especial interesse dos seus membros e desencadeiam incansáveis debates.

Entre os temas mais polêmicos e que sempre tiveram atenção maior dos conselheiros, posso elencar as colaborações esporádicas dos docentes e a prestação de conta de projetos e convênios. Se nesse primeiro temos que o debate desenvolve-se em torno da relação do indivíduo (docente) com a sociedade, no segundo figura-se a relação entre pessoas morais (grupos de pesquisas e empresas).

O Colegiado do Departamento, por sua vez, tem uma condução parecida com o Conselho do IE. A sua presidência é exercida pela chefia do Departamento - que exerce as funções executivas. A sua realização também não é previsível, podendo ser convocada sempre que for necessário.

A diferença é que são membros todos os docentes vinculados ao Departamento, além de representantes discentes das organizações estudantis (centros acadêmicos e empresas juniores) e um representante técnico-administrativo.

Os debates que ocorrem aqui normalmente são levados à homologação pelo Conselho do IE. A sua autonomia restringe-se a alguns temas delegados pelo Instituto e as criações de normas e regras são normalmente para suplementar algumas regras gerais da Administração Superior.

A colaboração esporádica e os projetos de pesquisa

O dicionário Michaelis Online define esporádico como aquilo que "ocorre apenas ocasionalmente; disperso, isolado, raro". A colaboração esporádica é uma ferramenta que permite aos docentes que mesmo estando em dedicação exclusiva na atuação universitária, possam participar de atividades externas, seja para promover a instituição ou para manter diálogo com as novas práticas da atuação profissional.

Desde a Lei da Reforma Universitária o Regime de Dedicação Exclusiva é o modelo preferencial de contratação do corpo docente. Apesar de ter sido revogada, até hoje a legislação de pessoal veda, em regra, que os docentes façam trabalhos remunerados para entidades privadas. De todo modo, gradualmente o rol de

atividades permitidas e a quantidade de horas máximas tem aumentado - atualmente o limite é de 416 horas anuais e 8 horas semanais.

Esse limite serve para evitar que o seu uso indiscriminado possa colocar em risco as atividades precípuas da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) e descaracterizar o regime de dedicação exclusiva a qual os docentes estão submetidos - que recebem um bônus salarial por parte do Estado como forma de compensação.

A Universidade de Brasília não tem uma base centralizada ou dados estruturados com as informações dos docentes que realizam colaborações esporádicas - inclusive tal prática pode ser passível de questionamento junto aos órgãos de controle externo. Assim, não foi possível realizar um levantamento histórico do uso desse instrumento.

O anexo II desta monografia contém um quadro sinóptico dos projetos, acordos e colaborações esporádicas que foram analisados pelo Conselho do IE de 2019 a 2022. Nota-se que algumas informações, apesar de serem públicas, não puderam ser facilmente acessadas, como o valor ou o financiador. Isso ocorre porque o sistema de gestão documental da Universidade (SEI/UnB) coloca automaticamente todo o processo em sigilo se nele constar qualquer tipo de informação pessoal. Em conversa com os servidores do Instituto, fui informado que na maioria desses processos há a inclusão da ficha funcional - documento que tem sigilo de 100 anos.

Ainda sobre o anexo, faz-se necessário informar que os projetos listados não necessariamente foram executados. Por exemplo, a instituição financiadora pode desistir do contrato antes de sua celebração ou os órgãos superiores da Universidade podem ter se manifestado pelo não prosseguimento. Por fim, é possível notar que em 2022 poucos projetos foram apreciados pelo Conselho (se comparado com anos anteriores) por causa das travas estabelecidas pela legislação eleitoral.

O que pude perceber é que algumas áreas, como a Computação, constantemente pautavam esse tema, com um grande número de solicitações. Já outras, como a Matemática, apesar de ter um número maior de docentes, não fez uso desse instrumento nenhuma vez.²⁶

²⁶ Diversas hipóteses podem ser consideradas para explicar a discrepância entre a quantidade de solicitações. A princípio, pode-se sugerir que tal diferença reflete o número de docentes vinculados a

Em conversa com um professor docente do Departamento de Matemática, fui informado que:

Posso te dizer que a reforma [da legislação de pessoal do magistério superior federal] de 2012 foi um marco. Tinha defeitos mas conseguimos aprovar uma mudança. Lembro de ter ido na SBPC ajudar na construção [de sugestões encaminhadas ao MEC]. [...] A colaboração é muito boa porque o professor precisa ter vivência de mercado para passar aos alunos. É uma crítica que fazem e eu concordo. Mas parece que a colaboração agora não é esporádica e sim permanente. Temos dificuldades em ofertar até as turmas obrigatórias. Você fala com um e outro e sempre diz que está sem tempo, que sobrecarregou. Mas você vê e ele passa o ano todo participando de projetos. É inadmissível, é insustentável, é preciso por freios. Colaboração esporádica é para ter vivência de mercado e não para aumentar o salário.

Essa informação converge com uma manifestação feita no Conselho do IE quando se debatia o uso indiscriminado dos projetos de pesquisa e colaborações esporádicas:

Por fim, [o chefe do Departamento de Matemática] declarou que no MAT não há colaboração esporádica porque o entendimento do Departamento é que os/as docentes devem focar em pesquisa, ensino e extensão.

Em ambas exposições conseguimos identificar marcadores importantes sobre a colaboração esporádica. A primeira é sobre a Lei nº 12.772, que foi promulgada em 2012 com o objetivo de unificar e modernizar a legislação que regia a carreira. Logo após ser publicada, ela recebeu críticas de diversas entidades científicas e após alguns meses sofreu uma nova alteração por meio da MPV nº 614/2013, que foi convertida posteriormente na Lei nº 12.863/2013.

De todo modo, essas críticas estão registradas na Exposição de Motivos (texto elaborado pela Presidência destinado ao Congresso Nacional com as razões para a aprovação das proposições legislativas) da Medida Provisória editada. Nela, lê-se que:

cada departamento. Contudo, ao analisar os dados, verifica-se que o Departamento de Matemática conta com 73 professores ativos, enquanto o de Ciência da Computação possui 49 e o de Estatística figura como o menor, com 31 professores. Portanto, não se evidencia uma correlação direta entre a quantidade de professores e a quantidade de solicitações. Conforme será abordado no decorrer do trabalho, uma das principais motivações para tal discrepância é a natureza das pesquisas desenvolvidas em cada departamento, assim como o posicionamento dos gestores de cada departamento.

Entretanto, após a edição da Lei no 12.772, de 2012, alguns segmentos da sociedade acadêmica e científica, destacando-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, Conselho da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (CAPES) e Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, apresentaram ao Ministério da Educação - MEC novas contribuições para o aperfeiçoamento da carreira e fortalecimento da gestão das Instituições Federais de Ensino, com propostas referentes a denominações de classes, estrutura de desenvolvimento na carreira, regime de trabalho e titulação acadêmica.

Ainda sobre a permissão da colaboração esporádica que foi expandida com a nova legislação, Souza (2021, p. 46) reflete que:

Ademais, a partir da Lei n. 12.772/2012, como já demonstrado acima, o Poder Executivo Federal alterou esse tema de forma considerável, prevendo novas hipóteses de colaboração esporádica, com demonstração clara no sentido de que os docentes do Magistério Superior devem buscar recursos de outras fontes para suas pesquisas científicas, seja como forma de adicional de remuneração, seja para compra de equipamentos ou insumos para pesquisas.

Vale notar que o último reajuste salarial da carreira ocorreu em 2016 (Lei n.º 13.235/2016), sendo que ele foi concedido de forma parcelada durante 4 anos. Além disso, desde o fim do REUNI as Universidades Federais vêm perdendo drasticamente recursos destinados a investimentos.

O posicionamento de Souza (idem) é reforçado com uma fala proferida na 981ª Reunião do Conselho do Instituto de Ciências Exatas:

O Prof. Giovany solicitou a palavra lamentando que a UnB autorize colaboração esporádica, mas informou que a crítica não era direcionada ao caso em tela. Explicou que, em sua opinião pessoal, acredita que é uma oficialização do "bico" e que isso prejudica as atividades de pesquisa, extensão e ensino.

Complementa-se a isso o fato de que no dia 13/08/2019, durante a 962ª Reunião do Conselho do IE, foi aprovado um projeto de pesquisa orçado em R\$

3.458.242,78. Ao mesmo tempo, no final de reunião, foi informado que o Instituto sofreu um corte de 30% de seus recursos (redução de R\$ 230.335,00). Se for considerar a taxa de 10% cobrado pela UnB, esse projeto renderia R\$ 172.912,14 para ser distribuído entre todas as Unidades e outros R\$ 172.912,14 para o Departamento.

As colaborações esporádicas e os projetos de pesquisa tornaram-se então mecanismos para o docente recuperar o poder de compra perdido pela inflação vendendo o seu trabalho e, do ângulo institucional, uma forma da universidade fechar as contas e segurar talentos.

Com a crescente demanda pela indústria por profissionais altamente qualificados, os docentes (que normalmente tem uma grande bagagem de conhecimento, sendo muitas vezes referência mundial em determinada área de pesquisa) tornam-se alvos de assédio para entrarem em seu quadro funcional. Durante a pesquisa, ouvi diversas vezes o quanto era difícil segurar professores qualificados diante das oportunidades oferecidas no cenário internacional.

Todavia, como os projetos não aparecem de forma igual para todas as áreas e exaltam a pesquisa universitária em detrimento da extensão e do ensino, na prática ocorre um desequilíbrio entre os Departamentos dentro do Instituto. Apesar de ocuparem o mesmo cargo e estando no mesmo nível da carreira, um professor que faz pesquisa em projetos ou em colaboração esporádica acaba ganhando bem mais, podendo às vezes duplicar a sua remuneração.

Muitas vezes, como visto, esses projetos ocupam um espaço que poderia ter sido dedicado ao ensino ou à extensão, sobrecarregando aqueles que não fazem esse tipo de trabalho externo. É nesse sentido que em uma reunião do Conselho foi dito:

Em ato contínuo, o Prof. Giovany observou que o IE precisa estabelecer regras para que o Instituto possa ser beneficiado com a colaboração esporádica, destacando que na reunião 979o do Conselho do IE, em que o Diretor apresentou melhorias no prédio do CIC/EST, com seus próprios recursos, houveram críticas em relação a isso. O Professor salientou que há projetos envolvendo grandes quantias no CIC e no EST que poderiam ser utilizados para essas melhorias, informando que analisou Regimentos Internos de outras unidades da UnB, em busca de um artigo que versasse sobre esse contexto, mas infelizmente não encontrou. No entanto, solicitou a todos os presentes que refletissem sobre o assunto. (Ata da 981ª Reunião do Conselho do Instituto de Ciências Exatas)

Por fim, é importante destacar outra falar de um professor do Departamento de Matemática que revela o seu sentimento em relação aos alunos de graduação:

A vontade que tenho é que todos ganhassem com isso. Porque os alunos não podem também receberem bolsas? Vi projetos com professor ganhando 8 [mil reais] e aluno ganhando R\$ 400.

Sobre o espaço do aluno nessa nova conformação econômica da Universidade, a pesquisa não conseguiu abordar com o seu devido aprofundamento, tanto em partes pelo tempo em que foi executada quanto também por já estar fora do escopo principal do trabalho. Apesar disso, trazer essa fala do docente é importante porque mostra, mesmo que de forma superficial, que esse processo de mercantilização do conhecimento também serve para acentuar a relação que já é, por si só, hierárquica existente entre o docente e o graduando.

Os rituais legais e sociais

Para que tanto um projeto de pesquisa quanto um pedido de colaboração esporádica seja aprovado, ele precisa antes passar por um rito institucional. O docente solicita a sua chefia a autorização. Esta, por sua vez, nomeia um outro docente em tese independente para efetuar um parecer conclusivo sobre o pedido. Por fim, é colocado em pauta na reunião do colegiado e, se aprovado, enviado para o conselho do IE para homologação.

De forma prévia, nota-se aqui dois institutos jurídicos-administrativos distintos: a aprovação e a homologação. Apesar de aparentemente parecerem sinônimos, cada um guarda uma natureza distinta. Como bem doutrina Di Pietro (2019, p. 274)

[A homologação] é ato discricionário, porque examina sob os aspectos de conveniência e oportunidade para o interesse público. [...] a aprovação constitui, quanto ao conteúdo. [Já a homologação] se realiza sempre a posteriori e examina apenas o aspecto de legalidade.

Assim, no colegiado eram observadas questões acadêmicas, com base no parecer do docente, já no conselho o foco concentrava-se nas questões jurídicas e administrativas, pouco debatendo sobre técnicas utilizadas ou as premissas teóricas do projeto.

Ocorre que muitas vezes o parecerista indicado para relatar o processo não era sempre independente. Normalmente era alguém que efetuava muitas colaborações esporádicas. Assim, quase sempre um era favorável às solicitações alheias porque sabia que no futuro iria precisar de um aval para o seu próprio projeto - na pesquisa, não houve nenhuma solicitação negada.

Em conversa com alguns docentes, fui informado que os professores já tinham muitas atividades administrativas para fazerem, como a participação em conselhos e a revisão de normas universitárias. Relatar um projeto, que podia ter um plano de trabalho com centenas de páginas e valores milionários envolvidos, era mais um peso que poucos estavam dispostos a assumir.

Assim, na visão dos docentes, não era *justo* (esse adjetivo foi utilizado diversas vezes nas conversas) que alguém que não participava de projetos relatasse. Apesar do trabalho feito a mais, quem iria desfrutar das bolsas seriam outros. Dessa forma, a relatoria cruzada foi a forma encontrada para contornar essa insatisfação.

Essa relação de interdependência afetava sobremaneira o viés do parecer. Estabelecia-se uma relação de assistência mútua, às vezes corporativismo, entre os docentes que efetuavam essas colaborações. A Resolução do Instituto de Ciências Exatas n.º 27/2021, que estabelece o rito de aprovação descrito no parágrafo de abertura dessa seção, tem em seu preâmbulo que:

O Conselho do IE, no uso de suas atribuições, em sua 989ª Reunião, realizada em 19/10/2021, e considerando: 1. A conveniência de regulamentar no âmbito do IE o exercício da colaboração esporádica, [...] de forma a esmurar a interação entre o instuto e a sociedade, **sem que a ausência do(a) Docente traga prejuízos em suas avidades acadêmicas no cargo efevo ocupado na Universidade de Brasília.** [grifo nosso]

Nesse ponto, podemos pensar que as relações desenvolvidas na elaboração de pareceres ocorrem na esfera da dádiva. É esperado que o espírito do objeto dado (o parecer) retorne futuramente ao doador original e, ao mesmo tempo, ocorra a sua

consagração social enquanto cientista. A dívida assume papel de um importante operador moral, guiando as relações estabelecidas.

Ao chegar ao conselho, em que o processo passa pelo crivo de docentes de unidades distintas, essas tensões afluíam-se. Nessa instância, a relação entre o docente que solicita e o que avalia é maior. Não são estabelecidos circuitos de trocas tão facilmente que possam mediar a aprovação de suas solicitações.

Durante o campo, acompanhei uma mudança na organização administrativa: o conselho queria avocar para si a capacidade de emitir parecer. A ideia era retirar esses pedidos do circuito de dívida e colocá-lo sobre a inspeção institucional para respeitar os Princípios Republicanos. O uso da burocracia seria uma forma de tentar barrar a circulação do “espírito da coisa dada”.

No Departamento, ao contrário do Instituto, há uma maior abertura a parcerias e projetos. A hipótese é que já exista uma cadeia de transações já estabelecida entre a comunidade acadêmica. O desejo geral, que pude tirar das dezenas de reuniões que acompanhei, é que a burocracia seja derogada ao máximo.

Sobre a minimização da burocracia, existem ambivalências entre o declarado, o desejado e o executado. De um lado, deseja-se a sua superação, vista como empecilho à criatividade e ao avanço de novas parcerias. De outro, também é desejado que o próprio Colegiado tenha mais controle sobre as atividades docentes.

Na verdade essa discussão sobre o papel da burocracia não é nova. Durante a aprovação da resolução que regulamenta a colaboração esporádica na Universidade, algumas falas dos membros do Conselho Universitário chamam atenção, tais como:

Conselheiro Jurandir Rodrigues de Souza manifestou-se contrário à necessidade de solicitar autorização para um Professor realizar atividades de curta duração, como uma palestra, por exemplo. O Conselheiro Roberto de Góes Ellery Júnior também demonstrou insatisfação em participar da aprovação de um processo burocrático dentro da Universidade. [...] A Conselheira Andréa Maranhão corroborou com a discussão, afirmando que instrumentos que impõem limites se fazem necessários e auxiliam o gestor na sua administração.

- Ata 420 Reunião do Conselho Universitário da UnB.

A maioria dos docentes com quem conversei expressaram o sentimento de que a burocracia prejudica seu trabalho como pesquisadores. A instauração de novas regras e a inspeção dos processos por outras pessoas independentes

desagrada boa parte dos docentes - inclusive sempre que havia discussão para a criação de comissão para avaliar o trabalho docente, grandes tensões eram estabelecidas.

Essa ambivalência de sentimentos em relação à cadeia de comenda universitária talvez seja porque a própria máquina estatal serve como ferramenta de mediação das relações. Ao ser investido da *função pública*, o docente não fala por si, mas pelo Departamento e, conseqüentemente, pelo Estado.

Nessa seara, a doutrina jurídica contribuiu com diversas formulações teóricas para justificar essa separação. O princípio da impessoalidade, expressamente inscrito no Art. 37 da Constituição Federal, tem na corrente dominante²⁷ duas concepções que são usualmente evocadas pelos conselheiros para justificar ações.

A primeira concepção define que a impessoalidade é vinculada à chamada finalidade pública - tal preceito e o “interesse público” apareciam constantemente na fala dos servidores. Os atos administrativos²⁸ não devem ser tomados com base na pessoa e sim nos fatos analisados.

A segunda concepção, por sua vez, define que os atos praticados pelos servidores públicos, no exercício de suas prerrogativas, são imputados à entidade a que estão vinculados. Ou seja, o servidor é tão somente instrumento para dar eficácia às vontades públicas. Nesse caso, até mesmo a responsabilidade civil dos atos recai sobre o Estado.

No campo, ouvi dos servidores que eles *presentam* o órgão. Tal verbo foi usado em contraposição ao verbo “representar”, ou seja, o funcionário não está substituindo o ente público, mas sim dispensa a sua própria identidade em detrimento da Universidade no exercício do *múnus público*.

Vale dizer que tal separação, entre a pessoa e o seu cargo é reafirmado em diversos momentos. A pessoa física e a pessoa jurídica apresentam dois tipos de corporalidades distintas. Assim, um tipo de corporalidade recai sobre o docente e as redes informais que são estabelecidas, já o segundo remete à ideia de pessoa moral e está ligada à fidelidade institucional e o *dever cívico*.

Remetendo às reflexões de Florence Weber (2002, p. 167), a formalização dessa separação tem dupla função: a de organizar as competências, distribuindo

²⁷ A corrente dominante tem como principal expoente Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

²⁸ Ato administrativo é como chamam as declarações que expressam a “vontade da entidade pública”.

direitos e deveres e a de institucionalizar as relações de trabalho; e a de isolar os fenômenos em seus circuitos, separando e preservando as relações interpessoais.

Podemos pensar que criação da pessoa jurídica, do interesse público e do princípio da impessoalidade servem para barrar que um circuito de relação seja contaminado por outro. A relação institucional passa pelo trabalho remunerado, já as relações pessoais são perpassadas pela dívida e voluntariado.

É comum, não só no Departamento, que os docentes tenham sólidas relações de amizade ou até mesmo sejam casados entre si, dividindo laboratórios, orientandos e pesquisas. A expedição de documentos, a mediação de conflitos, o comando de um laboratório ou a condução de bancas de defesa e palestra frequentemente têm ritos que sinalizam quem é a pessoa presente.

A falta desses rituais de separação causariam confusão entre os circuitos. Não foi incomum casos em que grandes divergências que ocorriam no ambiente de trabalho eram logo afastadas para, após o expediente regular, encontrarem-se em bares e confraternizações.

As transformações econômicas

Durante a jornada de campo, poucas vezes ouvi falar sobre o controle das atividades dos docentes. A estrutura de pesquisa contemporânea brasileira, e aqui trago especificamente o caso da UnB, tem o como principal financiador a União. A publicidade e a prestação de contas (*accountability*) são preocupações éticas que são importantes para o fortalecimento da confiança da sociedade na academia.²⁹

De forma igualmente importante vem a liberdade de cátedra, que aliada às especificidades das áreas que compõem a Universidade, dificulta a aferição objetiva se as metas institucionais foram alcançadas - ainda mais quando o docente desenvolve pesquisa básica ou extremamente teórica. Inclusive, vale ressaltar que os docentes não estão submetidos ao controle de horas da jornada de trabalho (ponto eletrônico).

²⁹ Ainda mais considerando a história da sociedade brasileira, onde a máquina estatal foi muitas vezes apropriada por grupos de interesse, a transparência da destinação dos recursos é imperativa para afastar as práticas de mandonismo, patrimonialismo e clientelismo.

Como visto nos capítulos anteriores, o produtivismo é um fenômeno que acomete todas as pessoas envolvidas na produção científica, desde os alunos de mestrado ao docente titular.

Era comum ouvir proposições que pediam uma maior fiscalização sobre as atividades docentes e a divisão de sua jornada de trabalho - quantas horas é dedicada ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão³⁰. Na 979ª Reunião do Conselho, quando se estava analisando o pedido de um docente para participar de um projeto, a questão do controle das atividades foi suscitada:

O Prof. Giovany solicitou esclarecimentos, porque lembra que o Prof. André voltou em 2019 da Alemanha, realizou um pós doutorado (pós-doc) de dois anos e quando chegou pediu uma licença para realizar um projeto. O Prof. Giovany declarou que na época que estava no conselho criticou o pedido, porque o seu entendimento é que quando um professor sai para realizar um pós-doc, deve voltar e aplicar os conhecimentos adquiridos em prol da universidade, mas que ainda assim o projeto foi aprovado. O Prof. Giovany questiona se o projeto já terminou e quais foram os benefícios que a UnB teve como um todo. (Ata da 979ª Reunião do Conselho do IE)

Nessa questão de maior transparência nas ações desenvolvidas pelos docentes, pode-se pensar que ela serve também para separar as diversas esferas de transações existentes dentro do Departamento. A *accountability*³¹, exigência da burocracia estatal, pressupõe que as ações sejam baseadas na racionalidade, com o uso de procedimentos padronizados no trato das demandas. O uso dessas formalidades dificulta a fluidez das transações baseadas na reciprocidade já que limita a liberdade de atuação dos indivíduos.

Estamos aqui diante de dois sistemas de contagem. De um lado, a objetividade: os docentes são pagos com salários rigorosamente calculados pela Lei e a distribuição das verbas ocorre até os seus centavos. Em contrapartida, p os

³⁰ Pode-se refletir aqui sobre três ferramentas importantes que balizam a Universidade de Brasília: o controle externo, a liberdade de cátedra e a autonomia universitária. Se for considerar o histórico conturbado da relação entre o Estado, a academia e a sociedade, é tanto compreensível que o pesquisador tenha receio com esse tipo de controle quanto também compreendemos que a sociedade queira fiscalizar a atuação dos servidores públicos. A história mostra que de forma reiterada houve repressão às pesquisas contra-hegemônicas. A depender das réguas que são utilizadas na avaliação, é possível construir um discurso político para justificar a diminuição de recursos para o financiamento para determinadas áreas. De todo modo, algumas formas de avaliação podem contribuir com a consolidação e fortalecimento das Universidades Federais, como as métricas dedicadas à qualidade do ensino (desde que sejam feitas por institutos independentes). Garantir a conciliação desses três mecanismos é ainda um desafio para a sociedade brasileira.

³¹ Obrigação dos agentes públicos de prestar contas de sua atuação.

docentes fornecem ativos muitas vezes intangíveis e incomensuráveis entre si (o conhecimento científico).

Como visto no capítulo dedicado à apresentação da antropologia econômica, um *bilinguismo* instala-se e é preciso mobilizar alguns operadores que possam intermediar a tradução entre essas duas redes de transação.

Algumas iniciativas internas tentaram conciliar esses dois sistemas. Constantemente o Qualis - um sistema da CAPES que avalia a qualidade e o impacto de determinado periódico - era utilizado para acompanhamento do trabalho dos colegas.³² Apesar dos esforços, não raro vê-se queixas de pesquisadores da forma como os critérios de distribuição de bolsas valorizam a produtividade (quantitativo) e reduz o peso da qualidade da pesquisa na área.³³

Vale destacar que o sistema QUALIS avalia tão somente o periódico. Não raro, escutei discussões de que um professor enaltecia-se por ter publicado pouco, mas tem artigo em revista A1 e, em contrapartida, o seu colega publicou dezenas em "periódicos sem qualidade". Isso não vem necessariamente porque houve, por parte do professor que declarou essas falas, uma leitura dos trabalhos para comparar o conteúdo, mas reflito que há uma transferência do prestígio e reputação do periódico para o artigo e, conseqüentemente, do artigo para o pesquisador.

Outros sistemas tentam avaliar o impacto do trabalho em si a partir de métricas bibliográficas. Nessa categoria, os indicadores tendem a valorizar a quantidade de citações que um artigo recebeu. Freitas (1998) chama atenção que essas métricas geralmente desconsideram as distorções causadas pelas:

citação por apreço aos colegas, por obediência às políticas editoriais, uso de autores consagrados para o realçamento dos textos ou simplesmente por costume de citar apenas os mais prestigiados, citação de autores da mesma instituição a fim de prestigiá-la ou a citação de autores "da moda". Em contrapartida, há a não citação de reais influências ou das fontes informais, a

³² Esse sistema de avaliação também era utilizado como forma de competição informal. Apesar disso, a própria CAPES alerta que "a função do QUALIS é exclusivamente auxiliar na avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES." (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>).

³³ A chamada do CNPq para bolsas de produtividade em pesquisa (chamadas de PQ) na área de Antropologia davam 40% de peso à produção científica, já a pesquisa em si contava a metade desse valor (20%). Na área de Ciência da Computação a regularidade da produção era um critério que seria levado em consideração.

tradição da não-citação por parte de algumas áreas do conhecimento, a auto citação (considerada por uns e não por outros), dados tendenciosos dos índices, valorização igualitária de todas as citações (mesmo quando são citadas negativamente), autoria múltipla, homônimos, erros ortográficos, e o costume de utilizar como fontes de informações os documentos mais acessíveis

De forma subsidiária, destaco que algumas revistas científicas, principalmente as mais consagradas, têm consciência do seu prestígio e usam diferentes ferramentas para capitalizar-se com isso. Apesar de não ser tão comum no Brasil, onde a maioria dos editoriais é vinculada a institutos de pesquisas públicos ou entidades sem fins lucrativos, fato é que os professores e estudantes do Departamento tinham a tradição de publicarem em revistas internacionais e que chegavam a cobrar mais de U\$ 2.000,00 (dois mil dólares) para a publicação de um único artigo.

Sobre isso, uma vez houve a negativa do pagamento da taxa de publicação tendo em vista o seu alto custo (na época, em torno de R\$ 20.000,00). Houve grande debate sobre se o valor deveria ou não ser pago, ainda mais que a pesquisa que deu base já tinha sido custeada com recursos públicos e sob o princípio de ciência aberta.

O professor envolvido tentou argumentar, sem sucesso, que caso o pagamento não fosse feito, o artigo ainda sim seria publicado mas que a revista iria cobrar do leitor para que pudesse acessar ao conteúdo e que isso iria reduzir drasticamente a visibilidade do trabalho. No final, o artigo foi publicado e o docente *proibiu* que a Universidade usasse esse trabalho para endossar seus índices de internacionalização e produção.

Percebemos que o docente consagra-se perante os seus pares na medida em que publica ou participa de projetos (pesquisa). A docência, principalmente a nível de graduação, torna-se algo acessório (ensino) - durante a pesquisa presenciei até mesmo alguns docentes aventarem a ideia de contratar um professor terceirizado a nível de CLT para ministrar aulas para a graduação, sendo que o seu salário seria pago com recursos de projetos. De forma marginal, encontra-se a extensão universitária, que apesar de compor o tripé que sustenta a UnB, só

recentemente foi inserida nos currículos dos cursos de graduação de forma obrigatória; logo após vem a docência e, por fim, a pesquisa.

Cria-se, portanto, uma hierarquia entre as atividades inerentes ao cargo. Para Souza (2021, p. 38):

Na busca pelo sucesso profissional e dentro da denominada produtividade acadêmica, também é realizada uma hierarquia de valores para as atividades universitárias, de modo que a pesquisa tem maior importância, fato esse que atrai os docentes a ingressarem na pós-graduação.

O intercâmbio entre dois sistemas de produção, circulação e consumo de bens não é algo estranho à sociedade. Na verdade, os diversos sistemas de contagem e classificação são ferramentas que fazem essa intermediação.

No caso relatado, podemos notar que o docente tem uma relação trabalhista com a Universidade, sendo que recebe uma remuneração com a venda do seu trabalho. Do outro, o aluno de doutorado que ajudou na pesquisa vive uma relação de dívida: ele quer ainda firmar-se no meio científico. A produção (o artigo) foi feita no encontro desses dois sistemas. Em ambos os casos, busca-se a visibilidade e a consagração.

A revista, por sua vez, tenta vender o seu renome e a sua marca para os autores científicos³⁴ e, para os leitores, vende o conhecimento - apesar de não estar como objetivo do trabalho, futuramente pode-se discutir sobre essa prática de impor sistemas mercantis em uma revista científica. Por fim, temos a Universidade, que poderia aproveitar essa publicação e transferir para si também o valor da publicação, do cientista e da revista.

A intangibilidade e o alto grau de abstração da ciência não é novidade, tampouco é atípico a coexistência e até mesmo intercâmbio entre dois sistemas distintos. Como visto, dentro da Universidade, coloca-se em troca, tanto em regime de dívida quanto em regime de mercado, o prestígio e o conhecimento. As tensões sobre a prestação de contas revelam, de forma implícita, a tensão que existe na conversão de formas de produção quantitativa para formas de produção qualitativas.

³⁴ Essa prática também é adotada pela Universidade de Brasília. Como pode ser visto no anexo II, alguns projetos reservam 15% para taxas administrativas, sendo que 5% é para a fundação de apoio e o restante é um ressarcimento para a Universidade pelo uso de seu nome (chamado internamente de custos indiretos).

Na Concedente

A concedente são as instituições, públicas ou privadas, que desejam firmar parcerias com a Universidade. Elas normalmente custeiam as ações através da celebração de instrumentos jurídicos com a UnB e, às vezes, também com participação de alguma fundação de apoio.

Normalmente são empresas que desejam firmar acordos para cooperação técnica ou para a realização de determinadas pesquisas, utilizando a estrutura e o conhecimento da Universidade.

No meu campo, devido às restrições impostas pelas medidas de combate à pandemia de Covid19, não pude participar de muitas reuniões realizadas entre os docentes e os representantes dessas instituições. As reuniões que acompanhei foram para prestação de contas, onde as instituições tiravam dúvidas sobre a execução orçamentária.

A Universidade conta com diversos núcleos que tentam promover essas parcerias com a iniciativa privada. O Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), o Parque Científico e Tecnológico (PCTec) e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) são as principais estruturas que compõem a política de inovação da UnB. Apesar disso, cada docente ou técnico-administrativo tem autonomia para submeter projetos de parcerias.

O rito de celebração dos instrumentos inicia bem antes de sua apresentação formal junto à UnB. Na verdade, o docente precisa fazer a prospecção dessas parcerias com as instituições interessadas. Em algumas vezes, é a própria entidade que entra em contato com o corpo de professores para iniciar as tratativas.

Para alguns interlocutores, essa é uma das etapas mais trabalhosas, já que envolve a definição e negociação do escopo, abrangência, duração e os recursos necessários para a sua execução. Em conversas, ouvi que uma das maiores dificuldades é compatibilizar as expectativas de cada partícipe.

Os projetos normalmente envolvem cifras milionárias, sendo um investimento significativo para a empresa. Na busca de otimizar os recursos, os dirigentes da instituição elencam a maior quantidade de requisitos, metas e atividades, além de impor restrições técnicas. Em alguns casos extremos essa lista pode ter itens que conflitam entre si. Nessa seara, Vazquez e Simões (2016, p. 69) diz que:

Aqueles com alguma experiência notam que os requisitos possuem uma propriedade parecida com os gases: inicialmente não têm forma e volume bem definidos e tendem a ocupar todo o espaço disponível (neste caso, recursos do projeto)

Para tentar mediar esse conflito nos projetos, a área de Computação conta um campo de estudo chamado de Engenharia de Requisitos. O seu objetivo é estudar métodos e técnicas para que o desenho do produto seja coerente e adequado para atender às suas finalidades, evitando desperdício de esforços em seu desenvolvimento.

Nessa fase, reuniões são feitas à exaustão. Atas, notas, rascunhos e estudos são documentos que tentam mediar os anseios, delimitando o problema a ser resolvido e quais são as métricas de avaliação de entrega - como a prestação de contas parciais e a elaboração de relatórios de acompanhamento.

Após a etapa de entendimento preliminar, ocorre a tramitação oficial junto à UnB. São feitos o esboço do instrumento jurídico a ser celebrado, que pode ser contrato, convênio ou acordo; a elaboração de um plano de trabalho, contendo a descrição, o objetivo, o cronograma e o detalhamento financeiro; a mobilização da equipe, em que os servidores da Universidade precisam apresentar um termo comprometendo-se que o projeto não acarretará prejuízos à Universidade; e outro documentos que variam conforme o escopo do projeto.

Após essa etapa, conhecida como instrução processual, o docente submete para que a chefia imediata aceite a sua proposição e encaminhe para análise do órgão colegiado da sua unidade. A aprovação necessariamente deve ser embasada com um parecer circunstanciado emitido por um docente independente. Em caso de aprovação, o processo é remetido para análise dos conselhos superiores competentes e, por último, a Reitoria procede com as assinaturas dos instrumentos.

Esse processo, apesar de aparentemente ser simples, normalmente é envolto de diversos entraves que postergam a sua tramitação por meses e, às vezes, por anos. Em alguns casos, por exemplo, a Procuradoria Federal (PF/UnB), órgão vinculado à Advocacia Geral da União (AGU), é instada a manifestar-se sobre o mérito jurídico. Também é necessário a avaliação pelo CDT caso resulte patentes

ou, se for precisar de fundação de apoio, um aval emitido pelo seu representante legal.

Os processos administrativos têm como característica o impulso oficial, também conhecido como princípio da oficialidade. Em outras palavras, após o seu início, a Administração Pública deve prover os meios necessários para a sua tramitação, produzindo a documentação necessária para a sua conclusão definitiva. Apesar disso, a articulação da equipe, com o acompanhamento da sua tramitação, é essencial para abreviar a tramitação antes que a concedente desista.

Os interlocutores relataram que a confiança entre o financiador e a Universidade é essencial para o sucesso do projeto. Em alguns casos, os requisitos, o plano de trabalho e as limitações técnicas são tão detalhadas que o coordenador não tem flexibilidade para contornar eventuais problemas.

Durante o campo, pude presenciar diversas situações em que essa rigidez limitou o rol de opções dos gestores. Em alguns planos de trabalho, a lista da equipe do projeto era nominal e durante a execução houveram desistências, pedidos de licença ou, no caso dos alunos, a sua formatura ou desligamento. Nesse caso, a substituição do membro precisou passar por um aditamento do plano de trabalho (processo moroso que demorava semanas ou até mesmo meses), precisando de nova aprovação da Universidade, da empresa e da fundação de apoio.

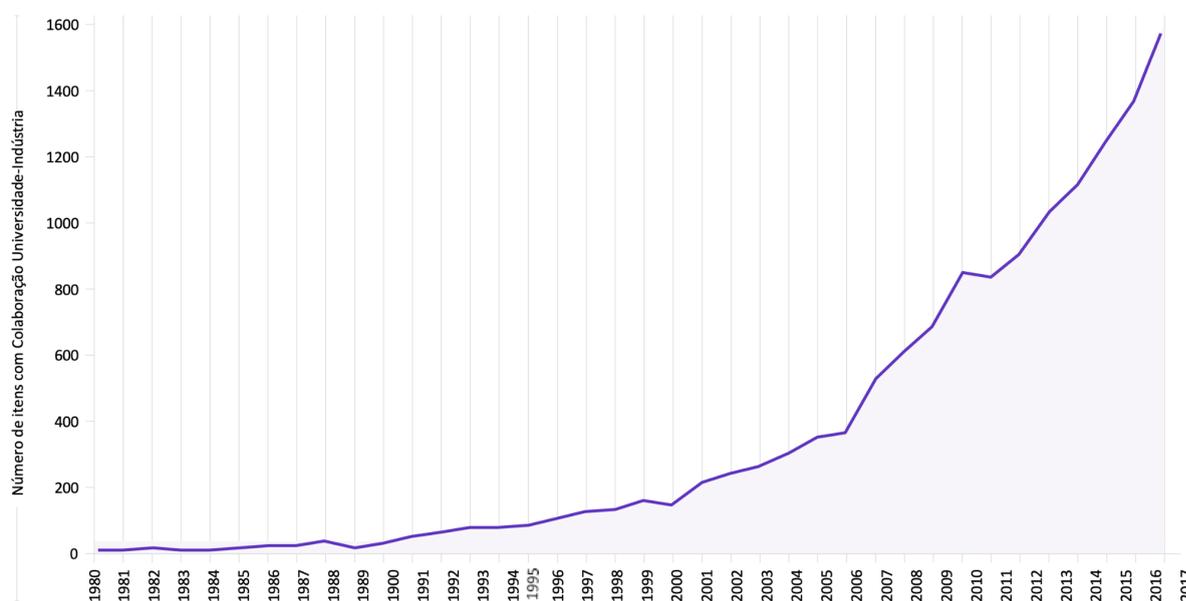
Além disso, em outros casos os equipamentos a serem adquiridos eram descritos de forma tão detalhada que a sua compra no mercado tornou-se difícil. Vale destacar que a pesquisa deu-se durante a pandemia de Covid-19, onde houve uma quebra na cadeia de suprimentos globais e, para a área de Computação, a escassez de microchips e semicondutores.

De todo modo, durante o levantamento de dados, foi possível notar que as concedentes muitas vezes são órgãos do Estado, principalmente do Governo do Distrito Federal e da União (anexo II). Apesar disso, foi possível notar que a busca de projetos na iniciativa privada está sendo cada vez mais crescente.

A interação empresa-universidade tem-se fortalecida cada vez mais, sendo que em relatório efetuado pelo grupo Web of Science (2019), é possível notar uma acentuada curva de crescimento (figura 3) de artigos com co-autoria de membros da indústria e academia. Vale perceber que, ainda segundo o mesmo relatório, a

Universidade de Brasília não figura entre as 10 principais instituições em número de pesquisa com a indústria.

Figura 3 - Gráfico de artigos indexados no Web of Science com autores da indústria e da academia.



Fonte: Web of Science (2019)

Na FINATEC

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) é uma instituição de apoio, fundada e mantida por docentes da Universidade de Brasília. O seu modelo de gestão é semelhante a de tantas outras que existem pelo Brasil.

As suas atividades junto à Universidade é regulado principalmente pela Lei nº 8.958/1994, que dispõe sobre a relação das fundações de apoio com as IFES, pela Lei nº 13.243/2016, conhecida como Novo Marco Legal da Inovação, e pelos Decreto nº 7.423/2010, nº 8.240/2014 e nº 8.241/2014, que regulam a Lei nº 8.958/1994.

Por fim, no âmbito institucional, a Resolução do Conselho Universitário nº 0005/2018 define, entre outras questões, os critérios para o credenciamento dessas instituições, a forma de distribuição de bolsas e o acompanhamento das suas atividades. Vale destacar que tal ato normativo foi editado após a Controladoria

Geral da União apontar irregularidades no Relatório 201505005 e o Plenário do Tribunal de Contas da União editar o Acórdão 2176/2016, obrigando a Administração Superior a tomar providências.

A Fundação, assim como as suas homólogas em outras IES, já foi centro de casos de corrupção de grande repercussão nacional, como de Timothy Mulholland, ex-reitor da UnB, acusado de comprar lixeiras de luxo e outros objetos de grife com recursos destinados à pesquisa por meio da fundação de apoio. A auditoria da CGU já foi acionada em diversos momentos para verificar indícios de irregularidades na Fundação Universitária de Brasília (FUBRA), Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração (FEPAD), Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (FUNSAUDE).³⁵

As áreas de atuação da fundação abrangem uma diversidade de serviços: de educação corporativa ao apoio de projetos. No que se refere ao apoio às pesquisas, a FINATEC presta suporte jurídico e administrativo, adequando os instrumentos às necessidades da equipe, à legislação e às práticas de mercado. Cada projeto tem um analista, que é responsável por acompanhar todo o ciclo de vida: da idealização do contrato à prestação de contas final.

Por causa das restrições, também não pude fazer reuniões presenciais com os agentes da fundação. Todos os encontros foram virtuais, o que dificultou um pouco a comunicação e a observação dos aspectos não verbais e simbólicos estabelecidos.

³⁵ Relatório CGU nº: 201505005

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente de sua estrutura organizacional, a Universidade, antes de mais nada, é parte e fruto de um modelo político-cultural.

- Fávero, 1977, p. 11

A questão das trocas como fato social (o chamado regime de troca de dádivas) teve como um dos principais expoentes Marcel Mauss, que em seu canônico *Ensaio sobre a Dádiva* inaugurou uma importante abordagem para a antropologia. De forma geral, ele caracteriza-se como transações que têm como traço o "caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado" (Mauss, 2003 [1924], p. 188).

A consagração deste estudo advém não pela originalidade dos fenômenos estudados em si. Ao contrário, o seu *Ensaio* é fruto de uma revisão dos estudos já publicados sobre os sistemas de trocas, haja vista que Mauss não fez pesquisa de campo. Lévi-Strauss, na introdução à obra de Marcel Mauss, declarou que:

Os fatos que ele evidencia não constituem descobertas. Dois anos antes, Davy havia analisado e discutido o *potlatch* com base nas investigações de Boas e Swanton, cuja importância o próprio Mauss procurara sublinhar em seu ensaio já antes de 1914; e todo o *Ensaio* sobre a dádiva emana, da forma mais direta, dos *Argonautas do Pacífico Ocidental* [1922] que Malinowski publicara dois anos antes também.

A superação do reducionismo econômico, do utilitarismo e da racionalidade pura, olhando os fenômenos através da ótica simbólica inauguram um novo paradigma para as Ciências Sociais, fundando uma crítica que será retomada por diversas escolas e movimentos intelectuais.³⁶

Mais do que simples trocas de bens, trocam-se amabilidades, conhecimento, prestígio e constroem-se alianças em um fenômeno onde diversas instituições sociais são mobilizadas. Aqui, a circulação de riquezas não necessariamente está presente, e quando ocorre, é somente uma das facetas do contrato firmado.

³⁶ Podemos destacar os trabalhos de Lévi-Strauss (1962), Sahlins (1976) e Alain Caillé (2001), sendo este último fundador do *Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales* (M.A.U.S.S).

Para Sabourin (2008, p. 132), essas prestações em dádiva não se confundem com trocas mercantis na medida em que uma moral é associada ao objeto. Nessa toada, é importante notar que o objeto dado carrega consigo o espírito do doador (chamado de *hau* entre os maoris, povo estudado no Ensaio), devendo o tomador não guardar para si a dádiva, mas deixá-la em constante movimento até que volte ao seu local de origem, produzindo dádivas de valor semelhante.

Também é interessante notar que são três as obrigações imputadas aos participantes: o dever de dar, o dever de receber e o dever de retribuir. A quebra de qualquer preceito pode levar a sanções (ser sovina, fazer desfeita ou gerar ingratidão, por exemplo) e a quebra dos contratos e relações pactuados.

Um ponto importante para a pesquisa foi que o regime de dádivas é estabelecido entre pessoas morais: entidades, tribos, colegiados ou grupos de pesquisas. As prestações e contraprestações tornam-se obrigações não escritas em contratos e convênios, mas perpassam o âmbito burocrático e criam estruturas de cooperação paralelas às instituições.

A função social dos objetos sobressai-se em relação à utilidade econômica. Ao mesmo tempo que articula e reafirma as instituições sociais locais, também reafirma a moral do tomador e do doador. Nessas transações e contraprestações, a graça concedida é reverberada pela tessitura social - o fato social total.

Se de forma aparente trocam-se futilidades, em uma busca mais profunda pode-se perceber que normalmente essas prestações servem de substrato para a celebração de diversas outras transações em diversos tipos de regimes. O conceito da dádiva é importante porque serve como uma ferramenta para se analisar a questão da produção, circulação e consumo do conhecimento na Universidade de Brasília.

De forma didática, as próximas duas seções serão dedicadas a fazerem reflexões finais sobre os dois principais circuitos econômicos que foram abordados na pesquisa. Na primeira, será dado foco para a dádiva e o voluntariado, já na segunda será visto como o neoliberalismo também afeta as relações da academia. Se Mauss olhou a cultura para além de seus aspectos utilitários, suplantando a figura do *Homo economicus*, podemos também tirar a ciência do domínio quantitativo, neutro, produtivista e pragmático e olhá-la como um mecanismo em que concorrem múltiplos sistemas econômicos.

A dádiva

“Não se nasce mulher, torna-se”. Essa célebre frase de Simone de Beauvoir, na esteira da filosofia existencialista, confrontou as teorias de que existiam *naturezas femininas* inatas. A essência precedendo a existência, dominante no pensamento filosófico francês da metade do século XX, deu um novo sentido ao próprio conceito de pessoa. A construção de si vai saindo do domínio biológico e é inserida na esfera social.

Nesse campo de construção do conceito de pessoa, também encontramos contribuições de Mauss (2003), que investiga as diferentes sociedades espalhadas no tempo e no espaço e procura nelas as suas definições do *eu*. Para os povos *pueblos*, o indivíduo e o clã confundem-se, sendo que cada indivíduo assume um personagem que indica um aspecto da vida comunitária (dentre outras coisas, os títulos, as posições e as propriedades). A união dos personagens prefigura a identidade do clã. Já para algumas tribos australianas, como Atunta, Loritja e Kakadu, os indivíduos são vistos como reencarnações de antepassados (p. 381).

Nos exemplos dados, encontramos diferentes configurações com que se performa o corpo e as diferentes construções da subjetividade. Aprofundando o tema, Hertz (1980), em sua pesquisa sobre a preeminência da mão direita, vem nos alertar que as questões socioculturais impõem-se sobre as questões de ordem biológicas.

Essa breve introdução sobre a concepção do corpo e da pessoa é para mostrar que a formação do sentido do *eu* é fortemente influenciado pela cultura. Na Antropologia, esses fenômenos que sancionam e validam a identidade muitas vezes são acompanhados de rituais de iniciação, área já extensamente estudada (PEIRANO, 2001; GENNEP, 1978; GLUCKMAN, 2011; SEGALLEN, 2002).

Em um panorama geral, o ritual de iniciação é um processo pelo qual um indivíduo é introduzido a novos papéis sociais. A passagem de um estágio para outro pode ser precedida por testes e cerimônias que servem como legitimadores dessas novas posições.

Chamo atenção a esse fenômeno porque a dádiva também pode ser inserida nesse contexto de iniciação para a construção da pessoa enquanto cientista. Para

compreender melhor esse fenômeno, precisamos olhar as cadeias que operam na formação científica.

A formação do cientista moderno³⁷ requer anos de dedicação em seu tema de pesquisa - haja vista a especialização cada vez mais requerida. Muitas vezes essa trajetória não é amparada com bolsas de pesquisa e, em alguns casos, é necessário até mesmo que o iniciático pague os materiais usados nos laboratórios.

O percurso do cientista inicia-se na graduação, sendo uma formação básica e geral na sua área do conhecimento. A UnB, assim como as outras universidades federais, em regra não cobra taxas ou mensalidades na graduação, mas em muitos casos os discentes devem custear os materiais de laboratório e outros equipamentos necessários.

Em alguns cursos, como as licenciaturas e engenharias, é preciso que o discente faça um estágio obrigatório. A Lei nº 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio, regulamenta as relações jurídicas dessa etapa. Ela desobriga, por exemplo, que a empresa ofereça uma contrapartida financeira nesse tipo de trabalho.

O CIC abriga quatro cursos de graduação, sendo que em dois (Licenciatura em Computação e Engenharia de Computação) é exigido o estágio obrigatório. Ao contrário do que ocorre com a Engenharia, os estágios da licenciatura normalmente não têm remuneração - aqui poderia discorrer sobre a precarização do magistério.

Passando esse período de estágio e os estudos nas disciplinas, chega o momento de sagração do bacharel ou licenciado: guiado pela figura do professor orientador (preceptor) o discente (iniciático) deve desenvolver uma pesquisa e dela extrair um texto original sobre sua área. Finalizado, iniciam-se os preparativos para a defesa: é montada uma banca com pesquisadores da área que avalia e faz uma arguição pública.

É importante notar que a formação da banca varia conforme a tradição do curso, mas normalmente não é tão rígida quanto as bancas de pós-graduação. O orientador muitas vezes convida seus orientandos de pós-graduação para avaliar as monografias de graduação. Vale notar que a participação dos membros da banca ocorre sem contrapartida financeira.

³⁷ Aqui estamos fazendo referência a sua formação em sentido amplo, abarcando também a constituição moral, enquanto sujeito reconhecido pela comunidade científica como um dos seus. O diploma, apesar de ser um importante instrumento de habilitação e legitimação do seu portador, é somente uma das facetas.

Por fim, depois de estudar, estagiar, pesquisar, escrever e fazer a defesa pública da monografia, chega hora de encaminhar os arquivos digitais para publicação no repositório institucional da Universidade, conhecido como BDM (Biblioteca Digital de Monografias). No ato, o autor é obrigado assinar um documento que diz:

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM) a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do sítio bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob **Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho**, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta. [grifo nosso]

- Termo de Autorização da Universidade de Brasília

Evoco todo esse processo para chamar atenção que em diversos momentos há a realização de trabalhos gratuitos. O conhecimento circula em diversas esferas para além da monetária. Tal situação ocorre também a nível de pós-graduação e até mesmo entre pesquisadores de elite.

Em uma pós-graduação, é comum o mestrando/doutorando ministrar aulas, organizar eventos, atuar como revisor de artigos e realizar a sua pesquisa para *ganhar experiência e criar um nome na área*. A Universidade de Brasília inclusive já institucionalizou o serviço voluntário, como foi visto.

No Departamento de Ciência da Computação, por exemplo, o Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada (PPCA), apesar do seu caráter público, cobra R\$ 850,00 somente para a mera inscrição no Edital. Ademais, por seu um programa voltado à área profissional, não distribui bolsas. Por outro lado, o Programa de Pós-Graduação em Informática, voltado à área científica, não cobra taxas de inscrição ou mensalidades e tem algumas bolsas do Programa de Demanda Social da CAPES disponíveis para distribuir entre os discentes.³⁸

Em uma abordagem teórica sobre esse regime de não-mercados que circulam na academia, Oliveira (2014), revisitando o trabalho de Hagstrom (1965),

³⁸ O Programa de Demanda Social da CAPES merecia um capítulo dedicado aos seus desdobramentos. Os valores variam entre R\$ 1.500,00 (mestrado) e R\$ 2.200 (doutorado) e já estão sem reajustes há nove anos. Além do valor consideravelmente defasado, os seus regulamentos vedam, em regra, que o discente exerça atividade profissional e exigem a dedicação total à pesquisa. Em conversa com alguns bolsistas, descobri que havia tensões entre os próprios alunos: os bolsistas eram constrangidos pelos alunos não-bolsistas a exercerem atividades administrativas (como o controle de laboratório, a organização de eventos etc).

chama atenção que esses ritos podem ser lidos pela ótica da dádiva, sendo fundamentais para a consagração do cientista enquanto tal. É assim que um pesquisador, após um árduo e custoso processo, concorda em publicar as suas descobertas em uma revista sem receber remuneração. A dádiva aqui ocorre porque o retorno é a consagração do cientista enquanto tal - reconhecimento dentro do seu campo de estudo.

Percebe-se assim que existe um descolamento entre o discurso (“a contribuição para o progresso da Ciência”) e a prática. Os diversos trabalhos desenvolvidos na *jornada científica* são revestidos de interesse - aqui conseguimos encontrar uma das principais características da dádiva.

Como relembrar o autor, existe uma série de hierarquias de reconhecimento. A dádiva pode ser com a atribuição de título de pais e mães das Ciências (os patronos fundadores), de prêmios (Pritzker, Nobel), de honrarias (Medalha Albert Einstein) e de institutos (Instituto Oswaldo Cruz), por exemplo. De forma menos evidente, como foi visto, a citação por outros cientistas também integra esse processo de reconhecimento.

Em resumo, a formação da identidade pessoal do pesquisador é fortemente influenciada pelas práticas e a estrutura administrativa e normativa - estas, frisa-se, também influenciadas pela cultura e pela sociedade. Se vimos que essa jornada de criação de cientistas é acompanhada por rituais de trocas em dádiva e trabalho voluntário, veremos agora como essa dinâmica opera nas trocas monetárias.

O mercado

A questão do avanço das políticas neoliberais nas agendas estatais não é um tema novo para as Ciências Sociais no Brasil (Chauí, 2001; Sallum Junior e Goulart, 2016; Harvey, 2007) . Na verdade, até mesmo quando fazemos um recorte dos seus impactos na educação superior há uma farta produção bibliográfica. Não sendo um processo isolado, há muito é debatido sobre a passagem das transações de objetos, pessoas, espaços e bens simbólicos para a esfera da economia de mercado, integrando os processos de comodificação.³⁹

³⁹ A comodificação é o processo pelo qual bens, direitos e pessoas são transformadas em mercadorias. As relações sociais passam a ser mediadas por relações mercantis.

As verbas públicas destinadas às Universidades Federais definham anualmente, ao passo que ocorre um processo institucionalizado e orquestrado para tentar diminuir o seu prestígio social - a monografia irá fazer reflexões sobre o discurso político como mobilizador social mais a frente. Para evitar a deterioração da qualidade de suas ações, essas instituições recorrem a convênios e projetos.

As universidades públicas são reconhecidas pela sua produção técnico-científico-cultural de impacto, sendo uma das principais instituições de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Os diversos indicadores de excelência universitária constantemente refletem essa posição de liderança

Já as instituições de ensino superior privadas, que contam com um poderoso lobby, são cada vez menos reguladas. Assim, proliferam-se cursos de ensino à distância, a massificação da educação e a desagregação do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão). O ensino superior perde a sua finalidade - formação de mão de obra qualificada - e passa a produzir uma massa de profissionais com baixa capacitação.

Aqui faz-se necessário notar que, ao passo que as instituições públicas perdem recursos e espaço no cenário nacional, as instituições privadas de ensino superior ganham mais protagonismo, recebendo incentivos e sendo financiadas cada vez mais com recursos públicos - esse projeto educacional é apoiado abertamente pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e por outros organismos promotores do capitalismo global (Chaves e Amaral, 2016, p. 51).

Esse movimento acarreta uma inversão do financiamento da educação: ao passo que instituições públicas recebem menos verbas do Estado e busca complementação no setor privado, as instituições de ensino superior privadas têm o Estado como grande financiador. Não sendo novidade no Brasil, essa inversão também ocorre no Chile, como aponta Caetano, Campos e Cavalcanti (2021) - percebemos aqui uma aparente contradição no modelo neoliberal.

Claro que os novos modelos pedagógicos e as tecnologias de educação em modalidades virtuais não devem, de forma alguma, ser descartados. Ao contrário, a sua adoção nas fileiras universitárias pode trazer grandes transformações, agregando na formação social e profissional dos discentes.⁴⁰ Todavia, é importante

⁴⁰ Sobre o uso de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação, relembro a minha experiência no campo, quando pesquisava as comunidades brejeiras no sertão baiano.

que as iniciativas em andamento sejam analisadas pelo aspecto crítico, observando, para além do que é declarado, o que está realmente sendo feito e as suas intenções.

Em resumo, ao passo que as transações em dívida na academia organizam-se baseada nas relações entre pessoas, o processo de mercantilização vem transformar tudo e todos em mercadoria. As Universidades tornam-se fábricas de diplomas, já as revistas científicas tornam-se verdadeiras corporações que retêm a livre circulação do conhecimento científico (fruto de pesquisas que muitas vezes foi financiada com verbas públicas). As prioridades da agenda científica, a formação pedagógica, a produção, circulação e consumo de saberes, se antes eram ditadas pelo corpo científico, passam agora pelo crivo do mercado.

A Universidade

Este trabalho teve como objetivo investigar as dinâmicas econômicas que operam na formação do cientista enquanto ser moral. De forma geral, vimos que esse processo não é algo adstrito à cultura e neutra de influências externas - como poderiam advogar pensadores positivistas. Ao contrário, a inclusão de um membro na comunidade científica e a sua capacidade de produzir e publicar trabalhos creditados pelos pares é um fenômeno influenciado por fatores como gênero, raça, contexto histórico-político e elementos econômicos.

A crise fiscal brasileira tem diminuído os recursos destinados à ciência e tecnologia, estrangulando os investimentos feitos pelas Universidades Federais. Para os docentes, a falta de uma política de reajuste salarial faz com que, de forma sistemática, o seu poder de compra venha diminuindo.

As colaborações esporádicas e a celebração de convênios e contratos de pesquisas foram os meios encontrados pelos atores universitários para tentar contornar o aperto orçamentário. Esses mecanismos estão sendo até mesmo flexibilizados, tanto por parte do Governo Federal quanto por parte dos próprios

Fazendo uma revisão histórico-bibliográfica da região, a precariedade da Educação Básica sempre foi um tema presente. Em conversa com os moradores e gestores públicos locais, uma das grandes dificuldades para a efetivação desse direito aos moradores era que os professores não ficavam na região (que era de difícil acesso e distante do centro urbano). Para superar essa evasão, o Governo da Bahia implementou na região o chamado Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC), que são escolas onde as aulas são transmitidas de forma remota, sendo que o docente normalmente encontra-se em Salvador (BA) e interage com os alunos através de câmeras.

gestores universitários. Como vimos, uma única bolsa de pesquisa pode superar a remuneração mensal do docente.

Apesar desses benefícios aparentes, cria-se uma hierarquia entre as áreas do conhecimento, entre as unidades administrativas, entre os docentes e até mesmo entre o tripé universitário. Se este último é composto pela união indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, o que vemos é uma valorização da pesquisa (voltada ao mercado), uma diminuição dos esforços de ensino e a marginalização da extensão.

Além disso, outro fenômeno que ocorre com os cortes no orçamento público de pesquisa é uma luta cada vez mais acirrada pela conquista de editais. Nesse caso, para tentar inflacionar a pontuação recebida e ganhar melhores posições, entra em cena a publicação de trabalhos em massa. O produtivismo traz consigo a queda no impacto dos artigos, o autoplágio e as co-autorias cruzadas.

A formação do cientista constantemente é atravessada por momentos de reconhecimento e validação. Para isso, é exigido que se passe por uma espécie de iniciação em que o neófito deve executar certas atividades para ser "aceito" como membro da comunidade científica. Essas atividades de reconhecimento podem ser feitas através de publicações de seu conhecimento de forma gratuita em revistas especializadas ou participações em congressos e eventos científicos (também gratuitos). E aqui nasce o produtivismo.

Durante a pesquisa, percebi que essa pressão por uma produção cada vez maior por parte dos docentes deriva em parte das tensões sobre o controle do trabalho científico. De um lado o docente recebe uma remuneração do Estado e, em contrapartida, deve atuar nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Ocorre que por não estarem submetidos ao controle de horário de trabalho (ponto eletrônico), torna-se difícil avaliar a sua atuação profissional.

Não advogo, contudo, que não se deva ter controle sobre o trabalho científico, que as ferramentas bibliométricas utilizadas sejam ineficazes ou que tampouco o docente-cientista deva começar a fazer controle de ponto. Essas reflexões são trazidas para chamar atenção que reputação e prestígio são usados de forma recorrente para a consagração do profissional e, conseqüentemente, avaliação do seu trabalho.

A quantificação do conhecimento científico e a sua tradução para o regime monetário (para comparar se o trabalho feito é compatível com a

remuneração recebida) não é uma tarefa simples por sua inerente característica de ser intangível. Mesmo assim, as agências de financiamento têm recorrido principalmente às métricas bibliográficas (chamadas por vezes de avaliação do impacto). Transforma-se em números o trabalho científico (quantidades de citações) e compara-se com outros números (salário).

As revistas científicas, cientes desses processos de transformação e circulação de reconhecimento social, estão transformando-se em verdadeiras empresas de venda de prestígio. Como abordado durante a monografia, em alguns casos elas chegam a cobrar valores relativamente altos do autor para a publicação da pesquisa. Com isso, ao mesmo tempo que a revista valida o trabalho do pesquisador, também transfere para ele parte de sua autoridade. Essa mesma relação de transferência de prestígio ocorre com o grupo de pesquisa, com a Universidade e até mesmo com a nação.

De todo modo, vale ressaltar que não venho montar aqui hierarquias entre as formas econômicas, nem tampouco criar um rol taxativo dos circuitos que concorrem na academia. A dívida, o autoemprego, o trabalho voluntário, o trabalho de cuidado e as transações mercantis são circuitos que estão presentes na vida cotidiana das sociedades, disseminando-se inevitavelmente para as suas instituições (como as Universidades).

Por fim, vale destacar que o avanço das políticas neoliberais nos sistemas de ensino são somente reflexo de processos maiores que ocorrem a nível global. Seja onde for, as estruturas que sustentam o capitalismo global (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico etc) pressionam cada vez mais os governos locais por reformas profundas nos mecanismos de financiamento da educação.

Não se nasce cientista, torna-se. E como foi visto, é através de um complexo sistema de economias. Essa diversidade econômica somente é possível por causa de ferramentas que cambiam os valores entre os circuitos e intermediam as relações entre os seres. No caso estudado, as instituições burocráticas desempenham papel fundamental nessa transação, afastando ou aproximando os agentes econômicos.

Durante o trabalho, deixei diversas questões não exploradas e espero que para a leitora ou leitor atento possa ser uma fonte de novos desafios de pesquisa. Apesar de ser um tema pertinente, podendo contribuir com novos paradigmas de

pesquisa na Antropologia e na filosofia da ciência, percebi que ainda é pouco explorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA JÚNIOR, Amaro Xavier. **Entre o Kula e a Dádiva**: confluências e de divergências entre duas categorias de pensamento. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 13, n. 4, p. 307-315, 2021.

CAILLÉ, Alain. **O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 26-56, dez. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922001000100003>.

CASTRO, Celso. Apresentação. in MORGAN, Lewis Henry; TYLOR, Edward Burnett; FRAZER, James George Sir,. **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 127 p. (Coleção Antropologia Social). ISBN 9788571108578.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a Universidade**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. 205p .

CROSS, D.; THOMPSON, S.; Sinclair, A. **Research in Brazil**: a report for capes by Clarivate Analytics. Boston: Clarivate Analytics, 2018. 73 p.

DI PIETRO. **Direito Administrativo**. 32^a ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

FREITAS, Maria Helena de Almeida. **Avaliação da produção científica**: considerações sobre alguns critérios. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 2, n. 3, p. 211-228, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85571998000300002>.

GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GIBSON, K.; GRAHAM, J. **O fim do capitalismo (como nós o conhecemos)**: uma crítica feminista da economia política. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. Tradução: Jorge Menezes. ISBN: 972-8407-39-4

GLUCKMAN, Max. **Rituais de rebelião no sudeste da África**. Cadernos de Antropologia, Brasília, 2011, v. 3. Universidade de Brasília. Série Tradução. Tradução: Ítalo Moriconi Júnior.

HAGSTROM, W. O. **The scientific community** New York: Basic Books, 1965.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

HERTZ, Robert. **A proeminência da mão direita**: um estudo sobre a polaridade religiosa. *In*. Religião e Sociedade, vol. 06, p. 99-218, 1980.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1986. 202 p.

KOPYTOFF, Igor. 1986. **The cultural biography of things**: commoditization as process. In APPADURAI, Arjun, ed. The social life of things. Commodities in cultural perspective. Cambridge, Cambridge University Press.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia**. 15a ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. Tradução de Marie-Agnès Chauvel.

LATOUR, Bruno. **On technical mediation**: philosophy, sociology, genealogy. Common Knowledge, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

LEMOS, Denise. **Trabalho docente nas universidades federais**: tensões e contradições. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 105-120, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400008>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. 604 p. (CosacNaify Portátil ; 10). ISBN 9788540502154. Original em 1973.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. **Karl Polanyi e o " Grande Debate" entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica**. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 165-195, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000100007>.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova Guiné Melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 424 p. Coleção Os pensadores. Original publicado em 1924.

MAMDANI, Mahmood. **Scholars in the marketplace**: the dilemmas of neoliberal reform at makerere university, 1989-2005. Cape Town: Human Sciences Research Council (Hsrc), 2009. 264 p. ISBN: 978-0-7969-2214-4.

MANCEBO, Deise. **Trabalho docente na educação superior brasileira**: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 23, n. 2, p. 73.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p. Tradução: Paulo Neves. ISBN: 978-85-7503-229-9. Ensaio original publicado em 1924.

MINER, Horace. **Ritos corporais entre os naciema**. *You and the others: readings in introductory anthropology*. Cambridge: Erlich, 1976.

MOYNIHAN, R. **Who pays for the pizza?** Redefining the relationships between doctors and drug companies. 2: disentanglement. *Bmj*, [S.L.], v. 326, n. 7400, p. 1193-1196, 29 maio 2003a. <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.326.7400.1193>

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A dádiva como princípio organizador da ciência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 201-223, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142014000300013>.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v.39, n.1, p. 13-37, 1996.

PALMA, Alexandre; VILAÇA, Murilo Mariano. **Conflitos de interesse na pesquisa, produção e divulgação de medicamentos**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 919-932, set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702012000300008>.

PEIRANO, Mariza. **Não foi só por acaso**: um depoimento. Brasília, 1992. 28p. Memorial apresentado no Concurso para Titular em Teoria Antropológica, Universidade de Brasília.

_____ (org.). **O Dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais . Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. 228 p. Coleção Antropologia da Política. ISBN 8573162686.

SABOURIN. E. **Marcel Mauss**: da dádiva à questão da reciprocidade. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 23, n. 66, p.131-138, fev. 2008.

SAHLINS, Marshall. 2003. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 231p.

SALLUM JUNIOR, Brasílio; GOULART, Jefferson O. **O Estado brasileiro contemporâneo**: liberalização econômica, política e sociedade nos governos fhc e lula. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135, dez. 2016. <Http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246001>.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 161 p.

SILVA, Ana Maria; REAL, Giselle Cristina Martins. **As configurações das políticas para a educação superior e as reformas do ensino superior brasileiro**. Revista Inter-Ação, v. 36, n. 1, p. 141-158, 2011.

SOUZA, Isaias. **GESTÃO DA CARREIRA DOCENTE E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**: estudo acerca da colaboração esporádica do professor do magistério superior na Universidade Federal da Paraíba. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, UFPB, João Pessoa, 2021.

TERNES, José. **Foucault e o nascimento das Ciências Humanas**. História Revista, Goiânia, v. 9, n. 2, 2010. <https://doi.org/10.5216/hr.v9i2.10443>.

VAINFAS, Daniel Ribeiro. **O mercado enraizado**: uma crítica ao mercado como ordenador universal da economia a partir da antropologia econômica de Karl Polanyi. 2014. 92 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

VALENTIM, Igor Vinicius Lima; EVANGELISTA, Simone Torres. **Para onde vai o Ensino Universitário Federal Brasileiro?** Pistas e Subjetivações a partir da Lei 12.772/2012. Buenos Aires: UFSC (organizador), 2013. XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas.

VAZQUEZ, Carlos Eduardo; SIMÕES, Guilherme Siqueira. **Engenharia de Requisitos**: software orientado ao negócio. Rio de Janeiro: Brasport, 2016. ISBN: 978-85-7452-790-1

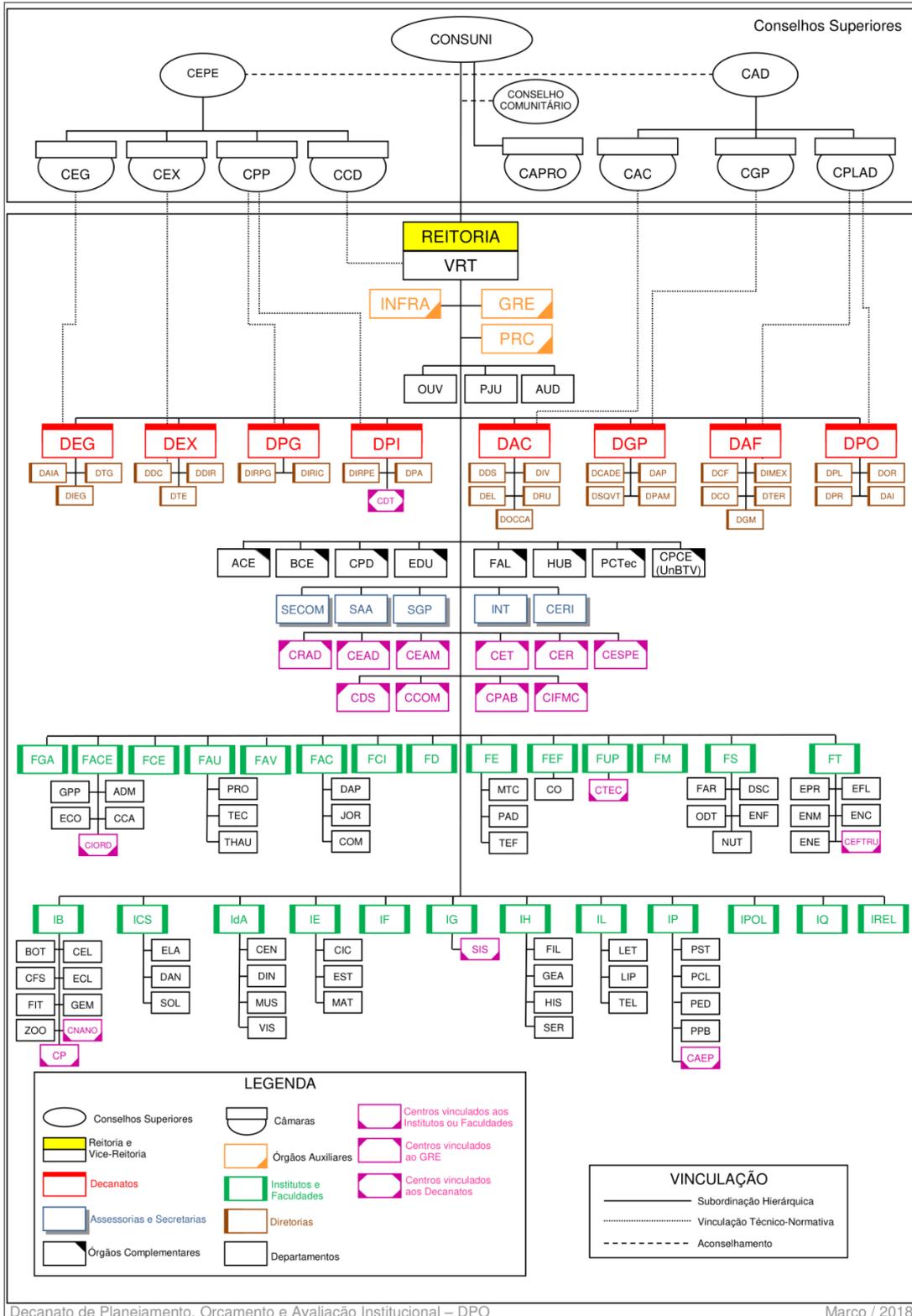
Web of Science. **A pesquisa no Brasil**: promovendo a excelência. Clarivate Analytics, 2019.

WEBER, Florence. **Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo**. Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 151-182, out. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93132002000200006>.

ANEXO I

ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL UnB



ANEXO II

QUADRO SINÓPTICO - REUNIÕES DO CONSELHO DO IE 2019 - 2022

Reunião	Data	Tipo	Unidade	Valor	Título	Concedente	Observação
957	3/13/2019	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I	Projeto de Pesquisa "Desenvolvimento de Tecnologia e Propriedade Intelectual no Contexto do MPEG-3DG	Samsung R&D Institute Brazil	
958	---	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I	Projeto Estudos Empíricos em Engenharia de Sistemas de Sistemas para o Exército Brasileiro:	Exército Brasileiro	
959	5/29/2019	Projeto de Pesquisa	IE	S.I	Projeto "Predição de Despesa de Pessoal IE/UnB-CGDF	CGDF	
959	5/29/2019	Projeto de Pesquisa	EST	S.I	Projeto "Modelagem Preditiva e Econométrica com Dados Socioeconômicos do DF"	Sefaz/DF e Codeplan	

959	5/29/2019	Projeto de Pesquisa	CIC	R\$ 3.396.855,00	Projeto "KnEDLe - Extração de informações de publicações oficiais usando inteligência artificial"	FAP-DF	Previstas despesas administrativas de R\$ 124.355,00 destinadas à Fundação de Apoio e ressarcimento de R\$ 384.500,00 à UnB (50% para a UnB e 50% para o CIC).
959	5/29/2019	Projeto de Pesquisa	CIC	R\$ 1.560.171,80	Projeto "Solução de Mineração de Texto para identificar a Evasão Fiscal na Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas ao Consumidor"	S.I.	Despesas administrativas de 15% (R\$ 234.025,77), que será dividida entre a FINATEC (5%), UnB (5%) e CIC (5%).
959	5/29/2019	Projeto de Pesquisa	CIC	R\$ 1.858.676,00	Projeto "Integração de Dados aplicado ao Laboratório de Inteligência de Gastos Públicos do GDF (IntLIGP)"	SEFP/DF	Despesas administrativas de 15% - R\$ 242.436,00
959	5/29/2019	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	Projeto Gestão Otimizada de Engenharia de Redes	GigaCandanga	

962	8/13/2019	Projeto de Pesquisa	CIC	R\$ 3.458.242,78	Projeto Soluções Inteligentes para Sistema de Alerta a Incêndios Florestais no DF - Smart JBB	Jardim Botânico de Brasília	
965	3/10/2020	Colaboração esporádica	EST	S.I.	Projeto IpeaData-LAB	IPEA	
965	3/10/2020	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I.	Projeto de pesquisa "Desenvolvimento do Centro de Ciência de Dados e do Laboratório de Inteligência Artificial (CCD/LIA	GDF, Banco do Brasil	
965	3/10/2020	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I.	Projeto de pesquisa 1o Núcleo público-privado catalisador de Inovações Decisivas para a Segurança Cibernética	Banco do Brasil, FAP-DF e AWARE Consultoria em Defesa, Segurança e Inteligência LTDA	

969	5/7/2020	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	Consultor autônomo no SBC/FEENG	S.I.	
973	20/10/2020	Colaboração esporádica	EST	S.I.	Consultor ad hoc no projeto OPAS TC-64	OPAS/OMS Brasil e Anvisa	
974	12/1/2020	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para a área de Segurança Cibernética, da Informação e das Comunicações	ABIN	
974	12/1/2020	Acordo	CIC	s	Projeto Lei de Informática: Huawei AI Cloud Academy	Huawei AI Cloud Academy	O Conselho decidiu que seria necessário a deliberação do projeto no Colegiado do Departamento de Ciência da Computação e se houvesse a aprovação por este Colegiado, o Conselho do IE também aprovaria.

975	2/23/2021	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	S.I.	PNUD	
976	3/9/2021	Colaboração esporádica	EST	S.I.	Consultor Orientador Pedagógico no curso de pós-graduação lato sensu - Especialização em Ciência de Dados Aplicada a Políticas Públicas	ENAP	
977	4/27/2021	Projeto de Colaboração técnica	CIC	R\$ 448.800,00	Sistema de Sistemas de Comando e Controle	Exército Brasileiro	Total de R\$ 448.800,00, sendo R\$ 372.000,00 para bolsas de doutores e mestres e o restante para aplicação em custeio como diárias, passagens e um notebook
981	6/1/2021	Colaboração esporádica	EST	S.I.	S.I.	Caixa Econômica Federal	

S.I.	6/18/2021	Projeto de Pesquisa	CIC	R\$ 2.339.279,20	Projeto de Pesquisa Biométrico Facial em Sistemas Distribuídos para Prevenção de Fraudes em Capacitações utilizando Dispositivos Computacionais com Protocolos de Confiança		Taxa de administração de 15% (R\$ 331.851,04), divididos entre a Fundação de Apoio (5%), UnB (5%) e CIC (5%).
985	8/17/2021	Colaboração esporádica	EST	S.I.	S.I.	ENAP	
986	8/24/2021	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	S.I.	GigaCandanga	
Sem informação	9/17/2021	Projeto de Pesquisa	CIC	R\$ 645.888,68	Projeto Estudos Empíricos aplicados ao Sistemas de Sistemas (SoS) Centro de Coordenação de Operações Móvel (CCOp Mv) do Exército Brasileiro"	Exército Brasileiro	Taxa de administração da FINATEC e ressarcimento dos custos à UnB (valor de R\$ 55.878,53)

S.I.	9/17/2021	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I.	Projeto de pesquisa "Explorando o Uso de Técnicas de Elicitação de Requisitos de Privacidade e Centradas nos usuários em um Contexto de inclusão Social	S.I.	
S.I.	9/17/2021	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I.	Estudos Empíricos para Melhoria do Monitoramento e Avaliação da Atenção Primária no Brasil	S.I.	
987	9/21/2021	Colaboração esporádica	EST	S.I.	S.I.	S.I.	
Extraordinária	10/4/2021	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	S.I.	GigaCandanga	

989	11/9/2021	Projeto de Pesquisa	EST	S.I.	Projeto IpeaData-LAB	IPEA	
991	14/12/2021	Colaboração esporádica	EST	S.I.	S.I.	S.I.	
991	14/12/2021	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	S.I.	S.I.	
993	2/22/2022	Acordo	IE	S.I.	S.I.	SAS Institute Brasil LTDA	
996	7/19/2022	Colaboração esporádica	EST	S.I.	S.I.	S.I.	

Extraordi nária	7/29/2022	Projeto de Pesquisa	---	S.I.	Plataforma interativa de jogos matemáticos	S.I.	
999	11/8/2022	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I.	Projeto de pesquisa "Análise do Impacto do ESV no Processo de Reintegração Social"	S.I.	
999	11/8/2022	Projeto de Pesquisa	CIC	S.I.	Projeto de pesquisa "Análise do Impacto do ESV no Processo de Reintegração Social"	S.I.	
999	11/8/2022	Colaboração esporádica	CIC	S.I.	Sem informação	S.I.	
1000	13/12/2022	Acordo	CIC	S.I.	Residência em TIC 08	Softex	